DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, quinta-feira, 20 de maio de 1971 — ANO IV - Nº 74

AUTO-SUFICIÊNCIA DO DF NA AGROPECUÁRIA EQUACIONADA COM CENTRAL DE ABASTECIMENTO



O Secretário Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, ao lado do Senador Catete Pinheiro, fala à Comissão do Distrito Federal, no Senado

A início da modificação da estrutura fundiária, a elaboração do Plano Diretor e o encaminhamento da construção de Central de Abastecimento de Brasília foram as principais realizações da Secretaria de Agricultura e Produção do Govêrno do Distrito Federal, durante o ano de 1970. A informação foi prestada pelo Agrônomo Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, perante a Comissão do Distrito Federal, no Senado.

O Plano Diretor, segundo o Secretário de Agricultura, visa a obter, no triênio 1971/1973, crescimento da ordem de 9,3% no setor agropecuário; a alteração da estrutura fundiária procura dar terras a lavradores capacitados, e por fim, a Central de Abastecimento será a garantia do mercado certo para os produtos agrícolas da região.

Assinalou o Agrônomo Manoel Carneiro que a maioria dos ocupantes de terras no Distrito Federal, na faixa do chamado Cinturão Verde, não tem condições de levar a cabo uma exploração em têrmos econômicos. Agricultores que não conseguiram lotes fizeram invasões, inclusive na faixa sanitária. Mas agora a Secretaria de Agricultura e Produção passará a exigir dos arrendatários planejamento de exploração das terras. Em contrapartida, oferecer-lhes-á máquinas e insumos a baixo preço, além de financiamentos através de convênio firmado com o Banco Regional de Brasília **(Detalhes na página 2).**

SERVIÇO SOCIAL ANALISA ATUAÇÃO NA COMUNIDADE

Com o objetivo de acompanhar o andamento dos programas das diferentes unidades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, localizadas nas cidades-satélites, o Secretário de Serviços Sociais, Otomar Lopes Cardoso, e o Diretor-Executivo da Fundação, Professor José Lucena Dantas, acompanhados de diretores de departamentos técnicos, têm-se reunido com as equipes de trabalho, nos próprios locais de atuação.

Nessas reuniões, é feito um balanço dos projetos continuados e dos projetos novos, oportunidade em que os técnicos expõem os problemas e a dinâmica do trabalho sob sua responsabilidade. As equipes mostram interêsse em reorientar o desenvolvimento do programa e a montagem de novos projetos, dentro do que é preconizado pelo Plano Básico de Ação da Fundação do Serviço Social, quanto à realização de um serviço social para o desenvolvimento. Já foram visitadas as equipes de Planaltina, Sobradinho, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Gama e Brazlândia.

A BOA CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS TRAZ BENEFÍCIOS PARA VOCÊ UTILIZE-OS CONVENIENTEMENTE.

MEC OBTÉM NOVOS RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO

Decreto do Poder Executivo autorizou o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento empréstimo de 8 milhões e 400 mil dólares, destinado ao financiamento parcial de um Programa de Ensino Médio (Profissional) e outro Superior, de Curta Duração (Engenharia Operacional), a cargo do Ministério da Educação e Cultura, o qual poderá praticar, em nome da União, todos os atos necessários à execução do referido contrato.

Estabelece o ato presidencial que a aplicação dos recursos acima mencionados ficará condicionada à celebração, entre o MEC e os Estabelecimentos beneficiados pelo Programa, de contratos aditivos específicos, que definirão os cursos a serem ministrados, o MEC deverá adotar as providências necessárias à inclusão nas propostas dos Orçamentos Anual da União e dos Plurianuais de Investimentos, das parcelas necessária ao atendimento dos desembolsos das contrapartidas em moeda nacional e demais encargos financeiros decorrentes da execução do contrato a ser firmado. Fica também o MEC autorizado a ceder o uso, aos estabelecimentos beneficiados pelo programa, das benfeitorias e equipamentos custeados com recursos do empréstimo ou da contrapartida nacional.



CHANCELER VENEZUELANO VISITA O BURITI - O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Chanceler Aristides Calvani, estêve em visita oficial ao Governador Hélio Prates da Silveira, sendo recepcionado pelo Chefe do Executivo do Distrito Federal, que se fazia acompanhar do Chefe do Gabinete Civil, Professor Caio Flávio Prates da Silveira, e do Assessor Militar Capitão Paulo José Martins dos Santos, representando o Chefe do Gabinete Militar do GDF. A palestra girou em tôrno da Capital da República como pólo de desenvolvimento e a importância de sua localização no Planalto Central do País. O Chanceler venezuelano acentuou na ocasião, que "a beleza de Brasília é impressionante". E entregou ao Governador uma cópia do projeto da Embaixada da República da Venezuela a ser construída em Brasília. Acompanhavam o representante da Nação amiga o Conselheiro Alberto da Costa e Silva; o Embaixador do Brasil em Caracas, Sr. Carlos Silvestre de Ouro Prêto; Embaixador da Venezuela no Brasil, Sr. Luiz Croce, e o Diplomata venezuelano Marcial Pérez Chiriboya

EXAME DE MADUREZA COMEÇA DOMINGO

As primeiras provas do Exame de Madureza 2° ciclo serao realizadas no próximo domingo, dia 23. Às 8 horas será realizado o exame de Sociologia e às 14 horas, de Francês.

Os exames terão continuidade nos sábados e domingos seguintes, de 29 dêste a 20 de junho. Todos êles terão lugar no Centro de Ensino Médio Elefante Branco.

ESCALAS DE PROVAS - A escala estabelece os seguintes exames para o mês em curso: dia 29, sábado, às 20 horas, prova de Inglês; dia 30, domingo, às 8hs, exame de Biologia, e às 14 horas, de Português. Em junho serão as provas das disciplinas: Espanhol, dia 05, sábado às 20 horas; Ciências e Física, no dia 06, às 8 e às 14 horas, de História; Noções de Economia, às 20 horas do dia 12; Geografia e Noções de Contabilidade serão realizadas dia 13, às 08 e 14 horas, respectivamente; Química às 14 horas do dia 19 e Educação Moral e Cívica, às 20 horas do nesmo dia. No dia 20 de junho encerram-se as provas com duas disciplinas: Matemática, cuja prova será às 08 horas e Filosofia, às 14 horas.

JULGAMENTO - A avaliação dos Exames de Madureza -2° Ciclo, no Distrito Federal, de acôrdo com parecer do Conselho de Educação do DF, se fara mediante a atribuição dos conceitos: "Habilitado" (H), para os aprovados nos exames de qualquer disciplina, "Não Habilitado" (NH), para os não aprovados nas disciplinas. Ainda os candidatos poderão receber o conceito "Entrevista "E", o que significa que o candidato deverá passar por um exame prático-oral, para ter sua aprovação na matéria.

IDENTIFICAÇÃO - Serão exigidos dos candidatos às provas escritas e entrevistas, cartão de inscrição e um documento de identidade, que poderá ser carteira de identidade, funcional ou de trabalho e ainda certificado militar, título de eleitor ou certificado de alistamento militar.

Em caso de perda ou danificação do cartão de inscrição, êste deverá ser providenciado, em segunda via, no mínimo com 24 horas antes do exame.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade - Divisão de Documentação. Diretor Responsável: J.P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília, 16° andar, telefone 43-7191. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00. Brasília, Distrito Federal.



CEILÂNDIA GANHA OUTRA ESCOLA - O Governador Hélio Prates da Silveira visitou recentemente a Ceilândia, oportunidade em que, atendendo a solicitação do Comando do Planalto Central, fêz uma explanação sôbre as diretrizes adotadas pela Administração do GDF para a erradicação das favelas de Brasília e a transferência dos moradores das invasiões para a Ceilândia, criada especificamente com esta finalidade e que conta com a infra-estrutura necessária à formação de um núcleo habitacional em condições de oferecer a seus moradores os requisitos básicos de higiene. O Governador do Distrito Federal, na ocasião, visitou a Escola-Classe 32, recém-inaugurada, que conta com 755 alunos, tendo palestrado com professôres e alunos. Presentes o Secretário de Educação, Professor Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros; o Comandante do Planalto e 11a. Região Militar, General Dióscoro Gonçalves do Valle; General Manoel Bandeira, Secretariado do GDF e Assessôres do Governador; Coordenadora do Ensino Primário, Professôra Clélia de Freitas Capanema, além das Voluntárias da CEI

AUTO-SUFICIÊNCIA DO DF NA AGROPECUÁRIA EQUACIONADA COM CENTRAL DE ABASTECIMENTO

Para orientar o desenvolvimento do setor agropecuário, a Secretaria contratou a Companhia do Desenvolvimento do Planalto (CODEPLAN), para a elaboração de um Plano Diretor que objetiva garantir um crescimento da produção pelo menos igual à taxa de aumento da população rural que é de 9,3% ao ano.

O caminho sugerido pela CODEPLAN, afirmou o Sr. Manoel Carneiro, é a intensificação do processo de substituição das importações pela produção local, aliado a um esfôrço de pesquisa, conservação e recuperação do solo, e tendo como incentivos instrumentos de natureza tributária capazes de melhorar as condições de competição dos agricultores de Brasília.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO - Lembrou o Secretário de Agricultura que a construção de um Mercado Central do Produtor estava prevista no Plano de Abastecimento da Cidade, elaborado em 1956, mas êsse Plano ainda não foi cumprido. A falta do mercado provocou o estrangulamento da produção, a instabilidade da oferta e o aparecimento de males que afligem outros grandes centros, como os ambulantes e as feiras-livres.

No ano passado, o Govêrno do Distrito Federal, dentro da orientação traçada pelo Grupo Executivo da Modernização do Abastecimento (GEMAB), designou uma comissão para estudar a implantação de uma Central de Abastecimento. E n seguida, disse, providenciou-se a concorrência publica para execução da obra, vencida pela firma Serete S/A, de São Paulo, que devera apresentar o projeto definitivo até o próximo dia 16 de junho.

REVENDA - Falando, depois, sôbre a atuação dos órgãos da Secretaria de Agricultura, o Sr. Manoel Carneiro revelou que o Serviço de Revenda está expandindo suas atividades, mantendo dez postos nos núcleos rurais do Distrito Federal, dois nas cidades goianas de Padre Bernardo e Buritis e atendendo também Formosa e Luziânia, através de cooperativas.

As vendas, no último ano, subiram a Cr$ 1.438.085,53, com um aumento de 20,17% sôbre 1969. Enquanto isso o número de clientes aumentou de 18.186 para 22.581.

ATENDIMENTOS - As campanhas de vacinação foram uma das preocupações da Secretaria, sendo utilizadas 85.973 doses de vacinas contra Brucelose, Pasteurelose, Carbunculo Sintomatico etc. O maior êxito, entretanto, foi no combate à aftosa, em que a campanha atingiu a nada menos que 92,7% do rebanho.

O Departamento Agropecuário fêz 2.533 visitas de supervisão, 2.298 coletas de material para análises e exames, forneceu 2.260 orientações técnicas e atendeu 1.990 casos clínicos e cirúrgicos por solicitação de criadores. Foram elaborados ainda 105 projetos para exploração agropecuária resultando em financiamento pelo Banco Regional de Brasília no montante de Cr$ 1.615.702,90.

MECANIZAÇÃO - Graças à introdução de novos métodos de trabalho, o rendimento das patrulhas motomecanizadas cresceu em 52,1% beneficiando 496 produtores rurais no último ano.

Os serviços incluiram desmatamento, destoca, aração e gradeação de 14.764 hectares de terras e a perfuração de 16 poços semi-artesianos.

MUDAS - A produção de mudas de essências florestais ultrapassou a casa de 1.100,000 unidades em 1970, com um acrescimo de 16% sôbre o ano anterior. A distribuição de mudas no período foi de 987.008 unidades.

O Departamento de Recursos Naturais intensificou últimamente a luta em defesa da flora e da fauna, apreendendo 19.768 toras de madeira retiradas ilegalmente (em 1969, êsse número foi de apenas 4.006), 1.702 sacos de carvão vegetal e 906 ferramentas e armas de caça.

PESQUISAS - Nada menos que 40 projetos de pesquisa foram elaborados em 1970, sete dos quais em colaboração com o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Esses projetos abrangem os seguintes setores:

1) Fertilidade - do Solo - Ensaios com nível de adubação em milho, soja, arroz, mandioca, gramíneas forrageiras, mamão, citros e abacaxi.

2) Fitotécnica - introdução e competição de variedades de plantas cultivadas.

3) Zoonoses - doenças provocadas por carências alimentares e parasitoses de bovinos, principalmente gastrintestinais e pulmonares.

4) Zootécnica - nutrição animal visando a suplementação no período sêco do ano e competição de variedades de gramíneas na nutrição animal.

5) Fitonoses - Defensivos.

CONTRÔLE DA POLUIÇÃO

Mais de 200 firmas deverão participar da Exposição sôbre o Contrôle da Poluição Ambiental (ENPOCON) e da Exposição sôbre Tratamento de Efluentes e Água, ocupando 120 stands espalhados por 4.645 metros quadrados. As exposições vão ser realizadas ao mesmo tempo entre os dias 22 e 25 de junho próximo no Olympia de Londres.

Cinco conferências terão lugar durante as exposições. São elas: Convenção sôbre Tratamento de Efluentes e Água; Conferência sôbre Lixo; Simpósio da Sociedade de Engenheiros Urbanistas; Conferência Especial da Associação de Inspetores da Saúde Pública; e a conferência com o tema Evitando a Poluição da Industrial. As quatro primeiras vão ser realizadas no Olympia e a quinta nos Derry e Toms Banqueting Rooms (a pouca distância do Olympia).

Tida como a primeira exposição de seu tipo a ser realizada em todo o mundo para tratar do problema da poluição em larga escala, a ENPOCON vai abarcar todos os aspectos e características das usinas, maquinaria, equipamento, materiais, instrumentos e serviços associados com a detecção, prevenção e contrôle da poluição em tôdas as suas formas, especialmente no campo da poluição de detritos sólidos, poluição do ar e por ruido e vibração. Terá ainda mostruários sôbre higiene industrial e sôbre o uso e abuso dos pesticidas e inseticidas.

A Exposição sôbre Tratamento de Efluentes e Água de 1971, a sétima de uma série, deverá ser a maior de sua história. Sob as classificações gerais de tratamento de água, tratamento de efluentes industriais e tratamento de esgotos, vai cobrir tôda a linha de usinas, instrumentos, materiais e serviços empregados em tôdas as formas de tratamento de efluentes e água. A exposição mostrará ainda sistemas de ventilação, contrôle automático, tratamento biológico, tratamento químico, clarificação, clorificação e resfriamento, prevenção e contrôle de corrosão, desoxigenização, desmineralização, dessalgação, tratamento de alimentação e água, floculação, fluoridificação, troca de íones, canos, valvulas e tubulação, bombas e sistemas de bombeamento, sistemas de oleodutos, recirculação, remoção de escalas, exploração, sedimentação e disposição e endurecimento de barmo emoliente de água, aditivos de todos os tipos e os serviços ligados aos vários processos de tratamento de água.

A última exposição, realizada em 1969, compareceram visitantes de 28 países. (BNS).

EMBAIXADOR EQUATORIANO ELOGIA BELEZA DO BURITI

Em visita de cortesia ao Governador Hélio Prates da Silveira, estêve no Palácio do Buriti o Embaixador Luiz Valencia Rodriguez, do Equador, o qual, durante palestra com o Chefe do Executivo do Distrito Federal, elogiou a arquitetura e a decoração daquele Palácio, referindo-se com entusiasmo, também à originalidade da paisagem urbanística e arquitetônica da Capital brasileira. O Governador Hélio Prates da Silveira assinalando ser Brasília a Capital Diplomática do País, reiterou ao ilustre visitante a decisão de dar pleno apoio a obras visando à implantação da sede de sua Embaixada aqui.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA TEM NOVA ESTRUTURA BÁSICA

Decreto do Presidente da República deu nova estrutura básica ao Ministério da Agricultura, para melhorar sua flexibilidade de ação e atuação nos Estados.

Foi criada a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, que se encarregará dos trabalhos estatísticos, análise econômica e política agrícola.

Criou ainda o Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar, englobando os institutos do Oleo e de Fermentação e os laboratórios da Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar.

Cinco autarquias, como órgãos de administração indireta, ficam sujeitas à supervisão do Ministério. São o INCRA, a SUNAB, a SUDEPE, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Comissão de Financiamento da Produção.

Subordina-se também ao Ministério da Agricultura uma sociedade de economia mista, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e duas emprêsas públicas, a CIBRAZEM e a COBAL.

- OS IMÓVEIS DO GOVÊRNO TAMBÉM LHE PERTENCEM. CONSERVE-OS!

- A BOA CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS TRAZ BENEFÍCIOS PARA VOCÊ UTILIZE-OS CONVENIENTEMENTE.

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVÊRNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

NOVAS BANCAS DE JORNAIS NA AVENIDA W/3

Três novas bancas de jornais e revistas serão construídas na Avenida W/3-Sul.

Informa o Sr. Arnaldo Rabello, Coordenador de Serviços Públicos, que até o fim dêste mês será aberta concorrência pública para construção das bancas que ficarão situadas nas SQS. 305, 306 e 307.

TAXIS: CANDIDATOS A PERMISSIONÁRIOS SÃO CONVOCADOS

Os candidatos à permissão para exploração de táxis grandes no Distrito Federal, classificados do quadragésimo sétimo ao quinquagésimo quinto lugar e os candidatos a táxis mirins classificados do nonagésimo sétimo ao centésimo décimo quarto lugar, estão sendo chamados a comparecer ao Serviço de Concessões da Secretaria de Serviços Públicos, a fim de providenciarem o licenciamento de seus veículos.

No ato do comparecimento os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos: prova de propriedade do veículo; Certidão Negativa de débitos com a Fazenda do Govêrno do Distrito Federal; Certidão Negativa de débitos com a Fazenda Federal; Atestado de Antecedentes; Carteira de Saúde, ou documento equivalente fornecido pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL APLICARÁ ÊSTE ANO 452 MILHÕES

O Presidente da República aprovou as normas de aplicação dos recursos do Programa de Integração Nacional, conforme Exposição de Motivos dos Ministros da Fazenda, Planejamento e Interior.

Este ano, o Programa de Integração Nacional disporá de 452 milhões de cruzeiros, segundo a previsão orçamentária, que poderá ser complementada.

O Ministério dos Transportes terá 295 milhões de cruzeiros, para aplicar nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, e embarcadouros fluviais.

O Ministério das Minas e Energia ficará com 27 milhões de cruzeiros; e o do Interior, 70 milhões. Os Ministérios da Agricultura e da Saúde terão, cada um, 30 milhões de cruzeiros, para aplicar na colonização e programa sanitário da Transamazônica.

SÊLO COMEMORATIVO DO MUNDIAL DE BASQUETE - A Emprêsa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou ontem, em São Paulo, um sêlo comemorativo do Campeonato Mundial Feminino de Basquetebol que se realiza no País.

O valor do sêlo será de setenta centavos e a tiragem de um milhão de exemplares.

TFR- O nôvo ministro do Tribunal Federal de Recursos, Sr. Jorge Lafayette Pinto Guimarães, deverá tomar posse durante Sessão Solene a ser realizada no próximo dia 27.

SUVALE ENCERRA ENCONTRO - Encerrou-se em Recife o Segundo Encontro Técnico Administrativo da Superintendência do Vale do São Francisco.

No encontro, que contou com a presença de todos os dirigentes do órgão, foram estudados novos métodos que permitam à SUVALE maior desenvolvimento no cumprimento da parte que lhe cabe no Plano de Irrigação do Nordeste.

EMBAIXADOR BRASILEIRO ESCLARECE NIXON - Ao apresentar suas credenciais ao Presidente Richard Nixon, o nôvo Embaixador do Brasil, Diplomata Araújo Castro, declarou que o nosso País está confiante no seu futuro, acreditando estar no melhor caminho para o seu desenvolvimento e segurança.

Explicou ao Presidente Nixon que essa disposição brasileira tem-se refletido nas relações entre os dois países, criando alguns problemas específicos, mas que o verdadeiro desafio é a intensificação dos intercâmbios entre o Brasil e os Estados Unidos.

Finalmente, o Embaixador Araújo Castro disse ao Presidente Nixon que a cooperação entre os dois países continuará a produzir resultados inegáveis, e que medidas concretas poderão ser tomadas nesse sentido.

FUNABEM TREINA VOLUNTÁRIOS - Está sendo realizado no bairro de Quintino, no Rio de Janeiro, o primeiro treinamento de voluntários para a interiorização da política nacional de bem-estar do menor.

Reúne 30 voluntários dos centros de estudos do menor das cidades de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, Lins do Matão, em São Paulo, Montes Claros, em Minas Gerais, e São Fidélis, no Estado do Rio.

O objetivo do encontro, que se prolongará até o dia 25, é familiarizar seus participantes com a política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

OMISSOS DO IMPÔSTO DE RENDA SÃO IDENTIFICADOS - Mais de 36 mil contribuintes omissos do Impôsto de Renda, pessoas jurídicas, já foram identificados pela Receita Federal nos Estados do Piauí, e Santa Catarina.

A operação desencadeada pela Nona Região Fiscal em agôsto do ano passado, objetivou alertar, orientar e conhecer todos os contribuintes que deixarem de declarar seus rendimentos.

DESENHO INDUSTRIAL DA ESCANDINÁVIA - Em Brasília, será aberta quinta-feira, a Exposição de Desenho Industrial da Escandinávia, no "hall" do Palácio do Buriti.

A mostra será promovida pela Fundação Cultural do Distrito Federal e Embaixadas da Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca.

VISITANTE ILUSTRE - O Presidente Garrastazu Médici concedeu audiência especial ao Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Sr. Aristides Calvani.

Ao deixar o Palácio do Planalto, o Chanceler Calvani informou haver feito uma exposição sôbre os motivos que determinaram sua viagem ao nosso País, entre os quais salientou o desejo do govêrno venezuelano de estreitar suas relações com o Brasil.

Nesse particular, o Ministro Aristides Calvani declarou-se favorável ao revigoramento da comissão mista brasileiro-venezuelana, como forma de se estabelecer uma colaboração mais efetiva entre as duas nações, cujo processo de desenvolvimento econômico, salientou, é muito precário.

Durante seu encontro com o Presidente Garrastazu Médici, o Chanceler Calvani fêz-lhe entrega de uma publicação sôbre a história da arquitetura colonial venezuelana, aproveitando a ocasião para exaltar a moderna arquitetura de Brasília.

Participaram também da audiência o Chanceler Mário Gibson Barboza; o Diretor do Departamento Político do Ministério do Exterior da Venezuela; Sr. Pérez Chiriboga; o Subsecretário de Fomento, Sr. Casas Gonzales; o Embaixador da Venezuela, Sr. Luis Croce; e o Embaixador do Brasil em Caracas, Sr. Carlos Silvestre de Ouro Prêto.

PROPRIEDADES RURAIS SERÃO ELETRIFICADAS - Mais de três milhões e seiscentos mil cruzeiros serão aplicados na expansão da rêde de eletrificação rural do Distrito Federal, através de contrato assinado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a Cooperativa de Eletrificação Rural de Brasília.

Trezentos e dezesseis propriedades rurais localizadas nas áreas de produção das cidades-satélites serão beneficiadas. Os trabalhos de eletrificação alcançarão, numa primeira etapa, a 39 propriedades.

O custo das instalações será pago à Cooperativa em doze anos, sem correção monetária e com carência de dois anos. A Cooperativa, por sua vez, reembolsará à CEB, também no mesmo prazo, e com carência de três anos.

MARINHA COLABORA COM EXÉRCITO E SAÚDE - O navio "Barroso Pereira" vai transportar de Paranaguá para Santarém cento e oitenta e oito toneladas de material do Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, empregado nas obras da estrada Cuiabá Santarém.

Ao mesmo tempo, em atenção a solicitação do Ministério da Saúde, deixará 24 viaturas em Belém e cinco em Manaus, destinadas às Campanhas de Saúde Pública efetuadas naquelas regiões.

EMBAIXADOR HOLANDÊS VISITARÁ MINAS- A partir do próximo dia 27, o Embaixador dos Países-Baixos no Brasil estará visitando, em caráter oficial, o Estado de Minas Gerais.

Além de Belo Horizonte, o diplomata visitará as cidades de Sabará, João Monlevade e Ouro Prêto.

REUNIÃO DE CHANCELERES - O Presidente designou a delegação que participará da Quarta Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, a realizar-se em Assunção do Paraguai, nos dias 1, 2 e 3 de junho próximo.

Será chefiada pelo Chanceler Mário Gibson Barboza e entre os delegados figuram os Embaixadores do Brasil em Buenos Aires e em Assunção além do Sr. Ernane Galvêas, Presidente do Banco Central.

E para mais uma Sessão Geral do Escritório Internacional de Epizootias, a realizar-se em Paris, de 24 a 29 do corrente, seguirão vários representantes do Ministério da Agricultura.

Outra delegação representará o Brasil na Quarta Conferência Interamericana de Agricultura, a realizar-se em Lima, Peru, de 27 de maio a 2 de junho e será chefiada pelo Embaixador Manoel Antônio Maria Pimentel Brandão.

CHANCELER VENEZUELANO CONDECORA E RECEBE GRÃ-CRUZ - O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Aristides Calvani, que chegou ao Brasil em visita oficial, foi recebido hoje às nove horas e dez minutos no Palácio Itamaraty, pelo Chanceler Mário Gibson Barboza.

No encontro, o Ministro brasileiro recebeu do Chanceler Calvani a mais alta condecoração da República da Venezuela, a Grã-Cruz do Libertador.

O Chanceler Gibson Barboza, ao agradecer, incentivou o sentimento de fraternidade dos países latino-americanos que, segundo afirmou, devem caminhar unidos na luta pelo seu progresso e pelos seus ideais políticos.

O visitante também foi condecorado na ocasião com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

Às dez horas e 30 minutos, o Ministro Aristides Calvani visitou o terreno onde será construida a sede da Embaixada de seu País, em Brasília.

E às 17 horas o Ministro Mario Gibson Barboza recebeu-o em seu Gabinete para reunião de Trabalho.

Estiveram presentes às conversações o Secretário-Geral do Itamarati, Jorge de Carvalho e Silva, o Secretário-Adjunto para Assuntos Americanos, Mário Borges da Fonseca, e o Ministro do Fomento da Venezuela.

ANIVERSÁRIO DO MARECHAL DUTRA - Por motivo do octogésimo oitavo aniversário natalício do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o Presidente Garrastazu Médici endereçou-lhe o seguinte telegrama:

"Na oportunidade em que o grande círculo de seus amigos comemora seu aniversário, venho identificar-me com as alegrias desta hora e trazer-lhe minha homenagem a grande vida ano a ano mais realizada nos exemplos de austeridade, patriotismo e grandeza moral de um verdadeiro estadista".

RECEITA FEDERAL EMPOSSA NÔVO SECRETÁRIO - O Sr. Luiz Gonzaga Furtado de Andrade tomou ontem, às 16 horas, no gabinete do Ministro da Fazenda, em Brasília, no cargo de Secretário da Receita Federal. Substitui o Sr. Antônio Amilcar de Oliveira Lima.

O nôvo Secretário que até agora exerceu a função de Coordenador do Sistema de Fiscalização, é Agente Fiscal de Tributos Federais. Será homenageado sexta-feira com um banquete no Iate Clube de Brasília.

(Noticiário extraído do programa radiofônico "A VOZ DO BRASIL", preparado pela Agência Nacional, do Gabinete Civil da Presidência da República)



RCG INAUGURA MONUMENTO - Em solenidade realizada na praça fronteira ao Quartel do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, foi inaugurado o Monumento aos Heróis da Batalha do Passo do Rosário. O ato foi paraninfado pelo Governador Hélio Prates da Silveira, pelo Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, e pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General João Batista de Figueiredo. Na oportunidade, o Coronel Cunha Costa, Ex-Comandante do 1º RCG, fêz um relato histórico da Batalha, enaltecendo a bravura dos soldados mortos no cumprimento do dever. Foram inauguradas, em seguida, as arquibancadas e a iluminação da Vila Hípica, como parte das comemorações do 163º aniversário de Fundação do Regimento de Cavalaria de Guarda. Participaram das solenidades o Comandante do Planalto e 11a. Região Militar, General Dióscoro Gonçalves do Vale; Comandante da 3a. Brigada de Infantaria, General Antônio Bandeira; Comandante dos Dragões da Independência, Coronel Hernani Jorge Correia, além de outros oficiais-generais, representantes de Ministros de Estado e convidados

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO No. 1691, DE 19 DE MAIO DE 1971

Altera o Plano de Aplicação e as Cotas Trimestrais da Região Administrativa - VI - Planaltina.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista as Normas aprovadas pelo Decreto no. 1 579, de 29 de dezembro de 1970, e o que consta no Processo no. 860 400/71

DECRETA:

Art. 1o. - Ficam alterados, na forma dos quadros anexos, o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 2o. Trimestre e as Cotas Trimestrais da Região Administrativa - VI -Planaltina.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 19 de maio de 1971
83o. da República e 12o. de Brasília

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno

CARLOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Finanças

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.691 DE 19 DE MAIO DE 1 971. RA- VI - PLANALTINA

SITUAÇÃO ATUAL

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	114.520	139.260	114.220	-	368.000
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	42.375	60.375	42.625	16.625	162.000
OUTRAS DESPESAS.....	68.627	200.627	252.377	53.369	575.000
S O M A	225.522	400.262	409.222	69.994	1.105.000

SITUAÇÃO NOVA

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	114.520	139.260	114.220	-	368.000
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	42.375	60.375	42.625	16.625	162.000
OUTRAS DESPESAS.....	5.000	264.254	252.377	53.369	575.000
S O M A	161.895	463.889	409.222	69.994	1.105.000

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.691 DE 19 DE MAIO DE 1 971 . PLANO TRIMESTRAL DE APLICAÇÃO- RA-VI

SITUAÇÃO ATUAL

PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO OU ATIVIDADE - ETAPA - FASE	UNIDADE	QUANT.	PROJETO OU ATIVIDADE: CUSTO NO EXERCÍCIO	PROJETO OU ATIVIDADE: VALOR A APLICAR NO TRIMESTRE
PROGRAMA - 10 - Habitação e Planejamento Urbano				
SUBPROGRAMA - 04 - Planos Gerais				
RA/1 022 - Obras e Melhoramentos nas Cidades Satélites			557.000,00	200.627,00
01 - Início da construção da Praça de Esportes;				
a)Muro de cêrca de alvenaria.....	m2	2.400		
b)Fundações da construção do vestiário.....	m2	400		
02 - Continuação da construção, em parte, do alambrado do cemitério.....	m2	400		
SITUAÇÃO NOVA				
PROGRAMA - 10 - Habitação e Planejamento Urbano				
SUBPROGRAMA - 04 - Planos Gerais				
RA/1.022 - Obras e Melhoramentos nas Cidades Satélites			557.000,00	264.254,00
01 - Início da construção da Praça de Esportes;				
a) Muro de cêrca de alvenaria.....	m2	2.400		
b) Fundações da construção do vestiário...	m2	400		
02 - Continuação da construção, em parte, do alambrado do cemitério.....	m2	400		

DECRETO No. 1 692,DE 19 DE MAIO DE 1971

Altera o Plano de Aplicação e as Cotas Trimestrais do Departamento de Turismo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista as Normas aprovadas pelo Decreto no. 1 579, de 29 de dezembro de 1970, e o que consta no Processo no. 100 690/71,

DECRETA:

Atr. 1o. - Ficam alterados, na forma dos quadros anexos o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 2o. Trimestre e as Cotas Trimestrais do Departamento de Turismo.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 19 de maio de 1971

83o. da República e 12o. de Brasília

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno

CARLOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Finanças

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.692 DE 19 DE maio DE 1 971. DEPARTAMENTO DE TURISMO

SITUAÇÃO ATUAL

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	229.001	259.000	111.999	-	600.000
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	100.750	60.750	80.750	80.750	323.000
OUTRAS DESPESAS.....	756.249	393.253	454.253	373.245	1.977.000
S O M A	1.086.000	713.003	647.002	453.995	2.900.000

SITUAÇÃO NOVA

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	229.001	259.000	111.999	-	600.000
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	100.750	60.750	80.750	80.750	323.000
OUTRAS DESPESAS.....	325.967	823.535	454.253	373.245	1.977.000
S O M A	655.718	1.143.285	647.002	453.995	2.900.000

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.692 DE 19 DE maio DE 1 971. PLANO TRIMESTRAL DE APLICAÇÃO-DETUR

SITUAÇÃO ATUAL

PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO OU ATIVIDADE - ETAPA FASE	UNIDADE	QUANT.	PROJETO OU ATIVIDADE	
			CUSTO NO EXERCÍCIO	VALOR A APLICAR NO TRIMESTRE
PROGRAMA - 01 - Administração				
SUBPROGRAMA - 01 - Administração				
TUR - 2.004 - Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo.....			2.470.000	566.002
01 - Início dos preparativos para eleição "Miss" Brasília 1 971 e a Festa dos Estados.....				

SITUAÇÃO NOVA

PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO OU ATIVIDADE - ETAPA FASE	UNIDADE	QUANT.	PROJETO OU ATIVIDADE	
			CUSTO NO EXERCÍCIO	VALOR A APLICAR NO TRIMESTRE
PROGRAMA - 01 - Administração				
SUBPROGRAMA - 01 - Administração				
TUR - 2.004 - Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo.....			2.470.000	1.143.285
01 - Início dos preparativos para eleição "Miss" Brasília 1 971 e a Festa dos Estados.....				

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.693 DE 19 DE maio DE 1 971. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	5.312.500,00	5.312.500,00	5.312.500,00	5.312.500,00	21.250.000,00
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	451.000,00	950.392,10	345.500,00	-	1.746.892,10
OUTRAS DESPESAS	17.353.500,00	16.545.000,00	16.434.000,00	15.359.500,00	65.692.000,00
S O M A	23.117.000,00	22.807.892,10	22.092.000,00	20.672.000,00	88.688.892,10

SITUAÇÃO NOVA

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	5.312.500,00	5.312.500,00	5.312.500,00	5.312.500,00	21.250.000,00
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	451.000,00	950.392,10	345.500,00	-	1.746.892,10
OUTRAS DESPESAS.....	16.353.500,00	17.545.000,00	16.434.000,00	15.359.500,00	65.692.000,00
S O M A	22.117.000,00	23.807.892,10	22.092.000,00	20.672.000,00	88.688.892,10

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.693 DE 19 DE maio DE 1 971. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO OU ATIVIDADE-ETAPA-FASE	UNIDADE	QUANT.	PROJETO OU ATIVIDADE	
			CUSTO NO EXERCÍCIO	VALOR A APLICAR NO TRIMESTRE
PROGRAMA - 08 - EDUCAÇÃO				
SUBPROGRAMA - 04 - ENSINO FUNDAMENTAL				
SEC/1.033 - Construção, Ampliação, Restauração, Modificação e Equipamentos de Escolas-Classe e Ginásios.			4.084.000,00	2.084.000,00
01 - Construção dos Ginásios de Brazlândia e Ceilândia, através de têrmo aditivo ao convênio firmado com a FEDF - NOVACAP				
02 - Recuperação do Centro de Educação Média do Elefante Branco, através de têrmo aditivo ao convênio nº 12.852 com a NOVACAP.				
03 - Elaboração de convênio a ser firmado com a NOVACAP ou firmas construtoras visando a edificação de escolas-classe, para atendimento da demanda de matrículas.				

SITUAÇÃO NOVA

PROGRAMA - 08 - EDUCAÇÃO				
SUBPROGRAMA - 04 - ENSINO FUNDAMENTAL				
SEC/1.033 - Construção, Ampliação, Restauração, Modificação e Equipamentos de Escolas-Classe e Ginásios.			4.084.000,00	3.084.000,00
01 - Construção dos Ginásios de Brazlândia e Ceilândia, através de têrmo aditivo ao convênio firmado com a FEDF - NOVACAP				
02 - Recuperação do Centro de Educação Médio do Elefante Branco, através de têrmo aditivo ao convênio nº 12.852 com a NOVACAP.				
03 - Elaboração de convênio a ser firmado com a NOVACAP ou firmas contrutoras visando a edificação de escolas-classe, para atendimento da demanda de matrículas				

DECRETO No. 1 693, DE 19 DE MAIO DE 1971

Altera o Plano de Aplicação e as Cotas Trimestrais da Secretaria de Educação e Cultura.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista as Normas aprovadas pelo Decreto no. 1579, de 29 de dezembro de 1970, e o que consta no Processo no. 901 334/71,

DECRETA:

Art. 1o. - Ficam alterados, na forma dos quadros anexos, o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 2o. Trimestre e as Cotas Trimestrais da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 19 de maio de 1971.

83o. da República e 12o. de Brasília

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno

CARLOS SANTOS JÚNIOR
Secretário de Finanças

JÚLIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS
Secretário de Educação e Cultura.

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta do processo no. 9.825/70,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 9 de março de 1971, de reforma do Cabo CB no. 453 - MANOEL NOGUEIRA DO NASCIMENTO, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para considerá-lo reformado desde a data de publicação do referido Decreto no "Distrito Federal" (23/março/1971), nos têrmos dos artigos 146-II, 148-I e 149-II, do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto no. 41.096, de 07 de março de 1957, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, inclusive gratificações incorporáveis a que fizer jus, na forma dos artigos 137, "a" e "b", 139 e 147, assegurado o mínimo estabelecido no parágrafo único dêste artigo, todos da Lei no.... 4328, de 30 de abril de 1964, "ex vi" do Decreto-Lei no. 792, de 27 de agôsto de 1969, por ter sido julgado definitivamente incapacitado para o serviço da Corporação, sem direito à diária de asilado.

Distrito Federal, em 04 de maio de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo no.... 10.054/70,

RESOLVE:

Retificar o Decreto de 18 de setembro de 1970, de reforma do soldado PM JOSÉ CARLOS PINHEIRO LINS, da Polícia Militar do Distrito Federal, para considerá-lo reformado desde a data da publicação do referido Decreto no "Distrito Federal" (24/setembro/1970), nos têrmos dos artigos 147-II, 149-I e 150-II, do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto no. 41.095, de 7 de março de 1957, na mesma graduação com proventos proporcionais ao tempo de serviço, inclusive gratificações incorporáveis a que fizer jus, na forma dos artigos 137, "a" e "b", e 139, assegurado o mínimo estabelecido no parágrafo único do art. 147, todos da Lei no. 4328, de 30 de abril de 1964, "ex-vi" do Decreto-Lei no. 792, de 27 de agôsto de 1969, por ter sido julgado definitivamente incapacitado para o serviço da Corporação, sem direito à diária de asilado.

Distrito Federal, em 04 de maio de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

DECRETO DE 05 DE MAIO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei no..... 3751, de 13 de abril de 1960, combinado com o § 2o., do artigo 21, da Lei no. 4545, de 10 de dezembro de 1964 e § 2o. do artigo 9o., dos Estatutos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP,

RESOLVE:

dispensar, por ter sido eleito Superintendente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT, Bacharel em Administração, do cargo de Diretor da Companhia Urbanizadora da nova Capital do Brasil NOVACAP.

Distrito Federal, 05 de maio de 1971

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

(Republicado por ter saído com erro de redação no 'Distrito Federal' no. 67, de 7-5-1971)

DECRETO DE 19 DE MAIO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei no. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar DARCY ALVIM PEREIRA, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-3, de Assistente da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.

Distrito Federal, em 19 de maio de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DESPACHO

PARECER No. 47/70-1a. SUB-PROCURADORIA-GERAL

PROCESSO No. 39.359/66 e 67.254/69.
INTERESSADO: LUIZ CARVALHO PONTES
ASSUNTO: Cômputo de tempo de serviço.

EMENTA: TEMPO DE SERVIÇO PUBLICO. CONTAGEM - EM CARTÓRIOS E MUNICIPALIDADES.

1. Não se computa como tempo de serviço público, o prestado em tabelionato e cartório, quando o servidor não percebia remuneração dos cofres públicos.

2. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e quinquênios (Lei no. 4.345/64).

3. Pode a administração pública declarar a nulidade de seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos.

4. Não há direito adquirido do servidor perceber indevidamente qualquer vantagem, baseada em ato nulo praticado pela administração.

Senhor Procurador-Chefe:

RELATORIO

1. LUIZ CARVALHO PONTES, Escriturário, nível 10-B, do Quadro de Pessoal do Govêrno do Distrito Federal, requer no presente processo seja computado o tempo de serviço que prestou a Prefeitura de Ibiapina no Estado do Ceará, e nos Cartórios do 1o. e 2o. Ofícios daquela Cidade, somando tudo um total de 1.400 dias.

2. Indeferido o pedido pela administração no Processo no. 39 359/66, pediu êle reconsideração em nôvo processo que tomou o no. 67.254/69, no qual após tecer considerações sôbre a legalidade do cômputo daquele têmpo de serviço, alega violação de direito adquirido, pois na NOVACAP, órgão em que serviu antes de vir para a administração direta do Distrito Federal, foi-lhe computado aquêle período, não podendo desta forma ser agora cancelado.

3. O Serviço de Regime Jurídico de Pessoal novamente opinou contra o pedido de reconsideração e o Sr. Coordenador do Sistema de Pessoal às fls. 26 sugeriu a audiência desta Procuradoria-Geral, com o que concordou o ilustre titular da Secretaria de Administração.

PARECER

4. Não há no caso presente como se computar o tempo de serviço prestado pelo interessado nos cartórios da cidade de Ibiapina, como sendo de serviço público. O telegrama de fls. 9 passado pelo 2o. Tabelião daquela Cidade, atesta que o servidor, nada percebia dos cofres públicos à época em que lá trabalhava.

5. É sabido que de um modo geral, os cartórios têm pessoal que percebe dos cofres públicos e pessoal remunerado pelo escrivão, através dos emolumentos cobrados às partes. Essa diferenciação é vital para o fim que se destina o processo presente, pois no primeiro caso se configura o exercício de função pública, o mesmo não ocorrendo na segunda hipótese.

6. Embora os cartórios sejam serventias públicas, o pessoal contratado e pago pelo titular do mesmo e que não percebem vencimentos pelos cofres públicos, não podem pretender que se conte aquêle tempo como de serviço público, pois não eram êles titulares de cargo de função pública.

7. O item III, do art. 80, da Lei no. 1711/52, estabelece que para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente o tempo de serviço prestado como extranumerário ou sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos. O § 3o, do art. 102, da Constituição Federal, dispõe que o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da Lei. E a forma que a lei prescreve é a de que o servidor seja remunerado pelos cofres públicos.

8. Temos pois que é indevido o cômputo do tempo de serviço do interessado para o efeito do pagamento de quinquênios, (como pretente o servidor), pois é contrário a Superlei, e ao Estatuto dos Funcionários Públicos. Em decorrência, torna-se necessário que a administração verifique se houve pagamento de quinquênios indevidos, baseado em contagem de tempo de serviço prestado às entidades já citadas, para efeito de descontos na forma prevista no art. 125, da Lei no. 1711/52.

9. Indiscutível no entanto a contagem de tempo de serviço que o interessado prestou à Municipalidade de Ibiapina, para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e quinquênios, na forma prevista no § 2o. do art. 10, da Lei no. 4345/64.

10. Quanto ao alegado direito adquirido a contagem indevida de tempo de serviço, inclusive para efeitos de percepção de quinquênios, lembramos que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, (Súmulas no. 473 e 346). Nessa conformidade pode o Govêrno do Distrito Federal a qualquer tempo cancelar o tempo de serviço averbado indevidamente ao servidor, inexistindo na hipótese direito adquirido

CONCLUSAO

Face ao exposto respondemos a consulta que nos é formulada na forma seguinte:

a) - o tempo de serviço prestado nos cartórios do 1o. e 2o. Ofício de Ibiapina não é de se computar como de serviço público, pois não percebia o interessado remuneração dos cofres públicos;

b) - o tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Ibiapina é computado como de serviço público para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e quinqüênios (Lei no 4345/64);

c) - não há na hipótese direito adquirido do interessado continuar a perceber indevidamente qualquer vantagem, baseada na contagem de tempo acima mencionada;

d) - pode a administração pública declarar a nulidade de seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos (Súmulas no. 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal(.

É o nosso parecer,

S.M.J.

Brasília, 11 de maio de 1970

CARLOS PENNA
Procurador

Aprovo o Parecer de fls. 32/35, que bem apreciou a matéria, com respaldo em entendimento da Suprema Côrte.
À consideração do Dr. Procurador Geral.

Brasília, 7 de julho de 1970
p/EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. SPRG

PROCESSO No. 39.359/69
Interessado: LUIZ CARVALHO PONTES
Assunto: Computação de tempo de serviço

De acôrdo com o Parecer no.... 47/70-1a. SPRG, que encontra fomento na restrição inscrita no art. 80, inciso III da Lei no..... 1.711, de 28/10/52.

A superior consideração do Excelentíssimo Senhor Governador

PRG, 05 de agôsto de 1970.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral.

Aprovo.
Indefiro nos têrmos do pronunciamento da Procuradoria-Geral.

À Secretaria de Administração para as providências cabíveis.
Brasília, 11 de agôsto de 1970.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

(Republicado por ter saído com incorreções no original).

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

SALÁRIO FAMÍLIA CONCEDIDOS

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO : Salário Família
DESPACHO : Concedo, pela dependente Maria Etelvina Távora Correa, espôsa, nascida em 06.10.36. Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO: Salário Família
DESPACHO : Concedo pela dependente Maristela Correa Silva, filha, nascida em 29.08.66. Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO: Salário-Família
DESPACHO : Concedo pela dependente Marisa Correa Silva, filha, nascida em 18.07.61 Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO : Salário Família
DESPACHO: Concedo pela dependente Marta Correa Silva, filha, nascida em 06.11.59. Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO : Salário Família
DESPACHO: Concedo pela dependente Márcia Correa Silva, filha, nascida em 13.11.68. Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

SERVIDOR : SÁLVIO SILVA
MATRÍCULA : 13.419
ASSUNTO : Salário-Família
DESPACHO : Concedo pelo dependente Luiz Fernando Correa Silva, filho, nascido em 27.8.58. Autorizo pagamento a partir de maio de 1971.

Licença Médica Inicial de acôrdo Art. 97,98 da Lei no. 1711, de 28.10.52.

Servidor: José Alves de Lima
Matrícula: 12 010
Assunto : Licença Médica Inicial
Atestado No. 784/71/SM.
Despacho: Concedo, durante o período de 03.05. a 11.05.71.
Obs: Relevo as faltas de acôrdo Art. 123 da Lei 1711, de 28.10.52
Servidor: João Felisberto da Silva
Matrícula: 2280/N. 15933/GDF
Assunto: Licença Médica. Atestado no. 812/71
Despacho: Concedo, durante o período de 20.04. a 10.05.71.
Obs.: Relevo as faltas de acôrdo art. 123, da Lei 1711, de 28.10.52.

Prorrogação de Licença Médica 28.10.52.

Servidor: José Alves de Lima
Matrícula : 12 010
Assunto: Prorrogação de Licença Médica - Atestado no. 830/71
Despacho: Concedo durante o período de 12.05. a 26.05.71.

OSCAR AZAMBUJA DI PRIMIO
Chefe da Seção de Pessoal-GAG

AGNALDO COBRA
Diretor da Divisão de Administração-GAG

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO No. 35.645/70
INTERESSADO: GIVALDO BATISTA DA SILVA
ASSUNTO: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Trata-se de Inquérito Administrativo para apurar os fatos relacionados com o acidente de tráfego, ocorrido no dia 13 de outubro de 1970, entre os veículos FORD F-100, placa oficial no... 79-54-DF e o CHEVROLET, tipo camionete, placa 3-24-34-DF, de propriedade particular, dirigidos por GIVALDO BATISTA DA SILVA, Servente, nível 5, matrícula no. 17.238, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, e CARMO JARDIM, respectivamente.
O Processo em questão foi instruído com os seguintes documentos.

a) cópia autêntica da ocorrência, expedida sob o no. 1640/70, pela 11a. Delegacia Policial - Núcleo Bandeirante.

b) cópia da Interpretação da Ficha de Acidente de Tráfego, expedida pela Divisão de Criminalística, atribuindo a culpa, pelo acidente, ao motorista do veículo oficial.

Em seu depoimento, o funcionário GIVALDO BATISTA DA SILVA, motorista da viatura oficial, declarou conformar-se com o resultado da perícia, que lhe é desfavorável. Aceita, dessa forma, a sua culpa no acidente.

Trata-se, ainda, de funcionário que já se envolveu em acidente de carro, anteriormente, sendo condenado a pagar a importância de Cr$ 42,00 (quarenta e dois cruzeiros), referente à recuperação da viatura oficial. Em outra ocasião, foi punido, com a pena de suspensão por 3 (três) dias, convertida em multa, na forma do artigo 205, parágrafo único da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Sendo, de acôrdo com o acima exposto, funcionário de antecedentes pouco recomendáveis, aplico a GIVALDO BATISTA DA SILVA, já qualificado, a pena de suspensão por 15 (quinze) dias, na forma do artigo 205, da Lei no. 1711, de 28 de outubro de ... 1952, por infringência do disposto no artigo 194, incisos VI e IX, do mesmo diploma legal, condenando-o, também, a indenizar aos cofres do Govêrno do Distrito Federal a importância de Cr$... 181,00 (cento e oitenta e um cruzeiros), referente aos danos causados ao veículo oficial.

Encaminhe-se os autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, tendo em vista que também foram causados danos a terceiro, conforme requerimento de fls. 10.

Brasília, 14 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PORTARIA DE 14 DE MAIO DE 1971.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 210, inciso III, da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, e tendo em vista o que consta do Processo no. 35.645/70,

RESOLVE:

SUSPENDER, por 15 (quinze) dias o funcionário GIVALDO BATISTA DA SILVA, Servente, nível 5, matrícula no. 17.238, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na forma do art. 205, da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, por infringência ao disposto no art. 194, incisos VI e IX, do mesmo diploma legal.

Brasília, 14 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 29 660/70
INTERESSADO: JORGE SALVADOR CHIANELLI
ASSUNTO: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Trata-se de inquérito administrativo para apurar os fatos relacionados com o acidente de tráfego em que se envolveram o caminhão marca Mercedes Benz, tipo Basculante, licenciado sob placa oficial DF 94-97 e o Volkswagen, tipo Sedan, placa DF 5-89-10, da "Emprêsa Brasília de Táxi LTDA", dirigidos por JORGE SALVADOR CHIANELLI, Trabalhador Braçal, matrícula no. 242, da Tabela de Empregos do Departamento de Limpeza Pública e BENEDITO SANTOS BRASIL, respectivamente.

Instruiram o processo os seguintes documentos:

a) laudo do exame de local de acidente de tráfego-colisão, fornecido pela Divisão de Criminalística da Secretaria de Segurança que atribui a culpa pelo acidente ao motorista do veículo oficial;

b) cópia autêntica da ocorrência fornecida pela 14a. Delegacia Policial - GAMA.
Do exame da peça referida no item A, verifica-se que o acidente ocorreu por culpa do motorista do veículo oficial, ao entrar inopinadamente na pista de rolamento, sendo, por isto, colhido pelo Táxi que por ali passava em situação regular de tráfego e em sentido oposto a êste veículo.

No curso do inquérito foram ouvidos os motoristas implicados na ocorrência de fls. 21, tendo o Sr. BENEDITO SANTOS BRASIL, motorista do Táxi, confirmado tôdas as situações do acidente que lhe são favoráveis, de acôrdo com o Laudo Pericial de fls. 14 a 16.

O motorista do veículo oficial, JORGE SALVADOR CHIANELLI, por sua vez, não conseguiu comprovar sua inocência diante das circunstâncias comprobatórias de sua culpabilidade.
As avarias verificadas no veículo oficial foram orçadas em Cr$... 60,00 (sessenta cruzeiros), conforme consta do laudo emitido pela Comissão de Avaliação de Danos, da Coordenação do Sistema de Transporte, em fls. 18.

Não pode o servidor JORGE SALVADOR CHIANELLI ser indiciado na forma estatutária (Lei no. 1 711/52), visto tratar-se de servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, pelo que determino a remessa dos autos ao Departamento de Limpeza Pública, para punir o servidor culpado.

Tendo em vista os prejuízos causados ao Govêrno do Distrito Federal e o pedido de ressarcimento de danos constante do requerimento de fls. 2, o presente processo deverá ser remetido, posteriormente, à Procuradoria Geral do Distrito Federal, para as providências que se fizerem necessárias.

Brasília, 13 de maio de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No. 14 650/71
INTERESSADO: ELOÍSA OLIVEIRA DE CARVALHO Mat..... 8.521
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" No. 339, de 12.12.67 licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO No. 14 851/71
INTERESSADO: APARICIO RIBEIRO CARNEIRO mat. 1 975
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "N" No. 339, de 12.12.67, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO No. 14 793/71
INTERESSADO: SÍLVIO MONICO FERREIRA mat. 11.563
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "N" No. 339, de 12.12.67, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 - (dois) anos, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO No. 33 735/70
INTERESSADO: CECÍLIA TOTOLI RODRIGUES
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No. 00630/71
INTERESSADO: NOÉ FRANCISCO DA SILVA
ASSUNTO: Abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1 711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No. 016743/70
INTERESSADO: HÉLIO PACHECO TAVARES
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1 711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO No. 601 465/71
INTERESSADO: FRANCISCO PEREIRA DA ROCHA
ASSUNTO: Solicita abono de falta.

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1 711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO No. 26.555/70
INTERESSADO: GISELDA CARDOSO RODRIGUES
ASSUNTO: Solicita abono de fal-

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 29.077/70
INTERESSADO: VALDIRA SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no, 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO

Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 30.404/70
INTERESSADO: JOSÉ JUSTO DA SILVA
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 38.072/70
INTERESSADO: GETÚLIO DA COSTA MACHADO
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 34.430/70
INTERESSADO: LUCY DE LIMA COIMBRA
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52,

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 33.087/70
INTERESSADO: GERALDO GOMES MARTINS
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 02762/71
INTERESSADO: MARIA JOSÉ NOBRE BORGES
ASSUNTO: Solicita abono de falta

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do artigo 169, inciso II, da Lei no. 1.711/52.

Brasília, 17 de maio de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DO PESSOAL

DIVISÃO DO PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE ABRIL DE 1971.

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Govêrno do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 704645/71,

RESOLVE:

1) retornar BENJAMIM PALMA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula no. 8420, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para a Secretaria de Saúde.

II) removê-lo da Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Administração do Govêrno do Distrito Federal.

JANUÁRIO FLORES
Diretor da Divisão do Pessoal

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA No. 228 DE 12 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante do processo protocolado sob o no.605061/71-SEP,

RESOLVE:

Conceder ao Sr. LEDY SOUZA SOARES, proprietário da firma LOJAS DE MIUDEZAS LEDY, estabelecida à SQN-713/714, Loja 2 Plano-Pilôto - inscrita no.GDP, sob o no. 112.405, e no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o no. 00.037.614/1, LICENÇA para comerciar com FOGOS DE ARTIFÍCIOS, de uso permitido, durante o exercício de 1971, enquanto observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, sob a fiscalização do Serviço de Contrôle de Armas, Munições e Explosivos (SAME), de conformidade com o disposto no. Art. lo. do Decreto-Lei no. 4.238, de 8 de abril de 1942 e no Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército (SFIDT), aprovado pelo Decreto no. 55.649, de 28 de janeiro de 1965.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA ATÉ O DIA 31.12.71.

Distrito Federal, 12 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Públicado do DF.

PORTARIA No. 229 DE 12 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante do processo protocolado sob o no. 605060/71-SEP,

RESOLVE:

Conceder ao Sr. TICACI HASHIMOTO, proprietário da firma BAZAR ESTRELA, estabelecida na Cidade Satélite de Taguatinga, inscrita no GDF, sob o no. 122.953, e no Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o no. 00.039.446, LICENÇA para comerciar com FOGOS DE ARTIFÍCIOS, de uso permitido, durante o exercício de 1971, enquanto observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, sob a fiscalização do Serviço de Contrôle de Armas, Munições e Explosivos (SAME), de conformidade com o disposto no Art. lo. do Decreto-Lei no. 4.238, de 8 de abril de 1942 e no Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército (SFIDT), aprovado pelo Decreto no.55.649, de 28 de janeiro de 1965.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA ATÉ O DIA 31.12.71.

Distrito Federal, 12 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA No. 230, DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante no processo no. 208/71-SCDP-DPJ.

RESOLVE:
Conceder à firma OLINDO CARNEIRO, localizada na C.S.C. 11, Lote 1, Loja 1, Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker-Mirim", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no. art. 42 da Lei das Contravenções Penais.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 231, DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante no processo no. 207/71-SCDP-DPJ.

RESOLVE:
Concerder à firma MANOEL FONTES NETO, proprietário do estabelecimento denominado "Fontes Bar", localizado na Quadra 8, Bloco 19, Loja 1, Setor Comercial, Sobradinho, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker-Mirim", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.

Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 232, DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante no processo no.202/71-SCDP-DPJ,

RESOLVE:

Conceder à firma OSVALDINO RODRIGUES, proprietária do estabelecimento denominado "Bar do Mineiro", localizado na Quadra 1. Lote 5, Setor Norte, Gama, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker-Mirim", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.

Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 233, DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante no processo no.206/71-SCDP-DPJ.

RESOLVE:

Conceder à firma GERSON ROSA, localizada na Quadra 7, Lote 6, Setor Leste, Gama, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker-mirim", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 4o. da Lei das Contravenções Penais.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 234, DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em mista o constante no processo no.201/71-SCDP-DPJ,

RESOLVE:

Conceder à firma ALVARO BORGES DE AGUIAR, proprietário do Parque de Diversões "Anchora", instalado na área entre as casas da SHIS e a Rodovia Brasília-Anápolis, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com atividades próprias para parque de diversões, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 23 DE JULHO DE 1971.

Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 235 DE 13 DE MAIO DE 1971.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o cartigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o constante no processo no. 204/71-SCDP-DPJ,

RESOLVE:

Conceder ao CIRCO SUL-AMERICANO, instalado defronte ao Supermercado da SAB., em Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com atividades próprias para circo, enquanto observadas rigorosamente as disposições legais e regulamentares em vigor, que disciplina tais funções, inclusive no atinente à frequencia de menores, conforme Portaria baixada pelo Juizado de Menores desta Capital.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 22 DE MAIO DE 1971.

Distrito Federal, 13 de maio de 1971.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO No. 186, DE 14 DE MAIO DE 1971.

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14, dos Estatutos Sociais da Emprêsa, e de conformidade com a decisão da Diretoria da NOVACAP, tomada em sua 764a. sessão, de 10 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo número 8.218/71,

RESOLVE:

1 - A gratificação de produtividade instituída pela NOVACAP, nos têrmos do art. 11, Parágrafo Unico, do Decreto No. 1575, de 24 de dezembro de 1970, conforme despacho de autorização do Governador do Distrito Federal, exarado no processo no. ..... GG 100.394/71, poderá ser atribuída, a critério do Superintendente e através de Instrução sua:

a - aos engenheiros, arquitetos, condutores técnicos ou mestres de obras responsáveis pela execução por administração direta, com prazo pré-estabelecido, de qualquer obra da NOVACAP, realizada tanto através do DE, como do DVO;

b - aos engenheiros ou arquitetos responsáveis pela fiscalização de obras contratadas pela NOVACAP, com firmas empreiteiras;

c - aos chefes imediatos dos servidores a que se referem as alíneas "a" e "b"; e

d - a outros servidores cujas atividades estejam diretamente vinculadas às obras que a NOVACAP vier a realizar por administração direta ou através de terceiros.

2 - A gratificação de produtividade a ser atribuída aos engenheiros responsáveis pelas Residências Especiais de Obras e aos Chefes dos Distritos Especiais de Obras, de que trata a Instrução No. 184, de 16 de março de 1971, obedecerá às normas constantes dos itens 5 a 9 daquela Instrução.

3 - Nos demais casos, o Superintendente, respeitados os tetos de que tratam os itens 5 e 8, da Instrução No. 184/71 (Cr$ ..... 1.000,00 e Cr$200,00) e observadas, no que couber, as demais normas constantes daquela Instrução, fixará, nos atos de concessão, além do quantum da gratificação, o prazo e as condições de pagamento.

4 - As despesas com as gratificações de produtividade que vierem a ser concedidas serão sempre apropriadas no orçamento e custo da obra a que se referirem e pagas pelas respectivas dotações, inclusive no caso de obras realizadas através de terceiros.

5 - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1971.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

REUNIÕES DA DIRETORIA

Sessão no. 763a. realizada em: 03.05.71

No. 1

Processo no. : 8.943/71
Referência : TOMADA DE PREÇOS no. 018/71-CPC-2, para execução de rêdes de captação de águas pluviais, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, Distrito Federal.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator, homologa a Tomada de Preços no. 018/71-CPC-2, e autoriza a contratação com a firma CONSURSAN ENGENHARIA E COMERCIO S/A, para a execução sob o regime de empreitada global, mediante a aplicação de Tabela de Preços Unitários, de rêdes de captação de águas pluviais, no Plano Pilôto e adjacências, em Brasília - Distrito Federal, pelo acréscimo em percentagem única e global proposto de 9,25% (nove vírgula vinte e cinco por cento), sôbre os preços base da Tabela do DVO, em vigor, anexo II, atribuindo-se ao contrato o valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) com uma variação de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, de acôrdo com o previsto nos itens 6.2 e 6.3, Capítulo VI do Edital, e prazo fixado em 240 (duzentos e quarenta) dias, ficando o Edital como parte integrante do contrato.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) THOMPSOM SCAFUTO

No. 2

Processo no. : 10 536/71
Referência : CONSTRUTORA MANDU LTDA - apresenta justificativa para o atraso verificado na execução dos serviços de revestimento com lajotas pre-moldadas em áreas do Plano Pilôto de Brasília-DF.

DECISAO

Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do DVO, aceita em parte, as razões apresentadas pela firma CONSTRUTORA MANDU LTDA., considerando justificado o total de 30 (trinta) dias de atraso verificado na entrega dos serviços objeto do contrato no. 430/70.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) THOMPSON SCAFUTO

No. 3

Processo no. : 11. 395/71
Referência : Aplicação de multa à firma Representações Ramos Ltda., referente ao contrato 382/70, firmado para execução de plantio de grama batatais (Paspalum Notatun), no Plano Piloto e adjacências.

DECISAO :

A Diretoria, com o voto do Relator, aplica a multa de Cr$ 1.515,89 (um mil, quinhentos e quinze cruzeiros e oitenta e nove centavos) à firma REPRESENTAÇÕES RAMOS LTDA., por não cumprir integralmente o objeto do contrato no. 382/70.
Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES.

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO

No. 4

Processo no. : 46 693/70 (II volumes)
Referência: TOMADA DE PREÇOS no. 010/71-CPC-2 para fornecimento e instalação de quadro geral de distribuição de baixa tensão, no edifício sede do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (EMP-9), em Brasília - D. F.

DECISAO :

A Diretoria, com o voto do Relator, homologa a TOMADA DE PREÇOS no. 010/71-CPC-2 e autoriza a contratação com a firma SAEL - INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA., o fornecimento e instalação, sob o regime de empreitada por preço global, de quadro geral de distribuição de baixa tensão, no edifício sede do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (EMP-9), em Brasília - Distrito Federal por preço global proposto de Cr$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil cruzeiros) e prazo fixado em 90 (noventa) dias, ficando o edital como parte integrante do contrato.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO

No. 5

Processo no. : 12.534/71
Referência : SERGEN - SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - solicita prorrogação de prazo para término da obra do bloco "G" do HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - H.F.A., em Brasília, Distrito Federal.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento de Edificações, autoriza a assinatura de um têrmo de aditamento ao Contrato no. 244/70, assinado com a firma SERGEN - SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A., para prorrogar seu prazo por mais 152 (cento e cinquenta e dois) dias, para entrega da obra do bloco "G" do Hospital das Fôrças Armadas, passando seu vencimento para 31-08-71.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
A) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO

No. 6

Processo no. : 12.533/71
Referência : SERGEN - SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - solicita prorrogação de prazo para término da obra do bloco "J" do Hospital das Fôrças Armadas - HFA, em Brasília - Distrito Federal.

DECISAO :
A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento de Edificações, autoriza a assinatura de um aditamento ao Contrato no. 340/70, assinado com a firma SERGEN - Serviços Gerais de Engenharia S/A, para prorrogar seu prazo por mais 91 (noventa e um) dias, para entrega da obra do bloco "J" do Hospital das Fôrças Armadas, passando seu vencimento para 30-09-71.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO

No. 7

Processo no. 11.682/71
(302.096/71 - SVO).

Referência : Têrmo de Convênio a ser celebrado com o MINISTERIO DA JUSTIÇA, com interveniência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando a administração das obras de construção do edifício sede do MINISTERIO PÚBLICO DA UNIAO, em Brasília - D. F.

DECISAO :

A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à assinatura de um têrmo de Convênio entre esta Companhia e o MINISTERIO DA JUSTIÇA, com interveniência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no valor de Cr$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) e prazo de 18 (dezoito meses, para administração das obras de construção do edifício sede do MINISTERIO PÚBLICO DA UNIAO, em Brasília. Distrito Federal.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO.

No. 8

Processo no. : 75 745/69 - (II volumes)
Referência : TOMADA DE PREÇOS no. 007/71-CPC-2 para fornecimento e montagem de um Centro Telefônico tipo "PABX", para o Edifício do Conselho Nacional do Petróleo, em Brasília-D.F.

DECISAO :

A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista que, na realização de duas licitações os participantes não satisfizeram as exigências dos editais e a urgência requerida pelo Ministério das Minas e Energia (Of.4030/70), encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente ao seguinte :

a) - pela anulação da Tomada de Preços no. 007/71-CPC-2, por conveniência administrativa, na forma do item 12.1 - cap. XII do edital;
b) - pela dispensa de Tomada de Preços e autorização para contratar diretamente o fornecimento e montagem, sob o regime de empreitada por preço global, de um Centro Telefônico tipo "PABX", para o edifício do CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO, em Brasília - Distrito Federal, com firma especializada, que ofereça melhores condições.

Relator : Diretor PAULO JANOT BORGES

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) - THOMPSON SCAFUTO

No. 9

Processo no.: 50.190/71 (3 volumes)

Referência: CONVITE no. 002/71-CPC-2, para fornecimento e montagem, sob o regime de empreitada por preço global de 01 Centro Telefônico "PABX ", para o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL em Brasília, DF.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista a realização de 3 (três) licitações, cujos participantes não satisfezeram as exigências dos editais e considerando a urgência requerida pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

RESOLVE:

a) - Anular, o Convite no. 002/71 -CPC-2, por conveniência administrativa, na forma do item 12.1 -Capítulo XII do Edital:

b) - Encaminhar o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente pela dispensa de licitação e pela contratação direta do fornecimento e montagem, sob o regime de empreitada global, de um CENTRO TELEFONICO tipo "PABX " para o edifício do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, em Brasília, Distrito Federal, com firma especializada, que ofereça melhores condições.

Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

No. 10

Processo no. 78.339/70
Referência: Tratamento plástico da superfície das paredes frontais situadas no pavimento térreo do Edifício Sede da NOVACAP.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que dispõe a Instrução de Serviço... 163/70, artigo 28, alínea "b" e artigo 30, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à dispensa de licitação para:

a) - aquisição do projeto acompanhado da maquete e memorial descritivo, elaborado pelo Professor RUBEM VALENTIM DE SOUZA, pelo valor de Cr$.... 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) para execução dos painéis objeto do presente;

b) - contratação do mesmo para supervisão técnica da execução dos referidos painéis, pelo preço de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), até final acabamento dos serviços.

Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

No. 11

Processo no. 35.278/70
Referência: ADMINISTRAÇAO REGIONAL DE SOBRADINHO - solicita a cessão da Área Esportiva no. 3, em Sobradinho, para complementação da área destinada à construção do Centro Esportivo.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à cessão da área esportiva no. 3 da cidade-satélite de Sobradinho ao DISTRITO FEDERAL.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

No. 12

Processo no. 12.441/71
Referência: ELETRO - REFRIGERAÇAO SARKIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., solicita uma área no Setor Industrial da Cidade-Satélite de Taguatinga.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator, e tendo em vista o parecer do Departamento Econômico, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à venda dos lotes nos.. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da QI. 25 - Setor Industrial da Cidade-Satélite de Taguatinga à firma ELETRO - REFRIGERAÇAO SARKIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., por preço e condições vigentes.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

No. 13

Processo no. 09. 682/71
Referência: PAULO DOS SANTOS - solicita a regularização em seu nome, do lote no. 34 - Quadra 24 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a transferência do lote no. 34 - Quadra 24 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, compromissado com o Senhor Heráclito Ferreira, para o Senhor PAULO DOS SANTOS, com a consequente lavratura da Escritura Definitiva, cobrando-se a taxa de transferência em vigor e encaminhando-se o processo à Procuradoria Jurídica para "visto" na minuta de fls. 37 a 40.
relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Thompson Scafuto
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.
a) - Paulo Janot Borges

No. 14

Processo no.: 65. 072/70
referência: CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL - solicita a aquisição de uma Área Especial no Setor de Residências Econômicas Sul (SRES) Cruzeiro, destinada à construção de um templo

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a venda de um lote no Setor de Residências Econômica Sul (SRES) - CRUZEIROS, à CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, ao preço e condições vigentes.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Thompson Scafuto
a) - Paulo Janot Borges
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.

No. 15

Processo no. : 08 233/71
Referência: ALDECIR FRANCISCA DA SILVA - solicita a regularização em seu nome, do lote no 45 - Quadra 03 - Conjunto C da Cidade Satélite de Sobradinho.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a transferência do lote no. 45 - Quadra 03 - Conjunto "C" da Cidade Satélite de Sobradinho, compromissado com o Senhor Gedeão Araújo Siqueira para a Senhora ALDECIR ARAÚJO SIQUEIRA, com a consequente lavratura da Escritura Definitiva, cobrando-se a taxa de transferência em vigor e encaminhando-se o processo à Procuradoria Jurídica para "visto" na minuta de fls. 41 a 44.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Thompson Scafuto
a) - Paulo Janot Borges
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.

No. 16

Processo no.: 73 291/69
Referência: CENTRO ESPÍRITA VOVÔ CONGA - solicita a aquisição de um lote destinado à construção e instalação de sua sede.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a venda do lote "H", QE-11, SRIA, ao CENTRO ESPÍRITA VOVÔ CONGA, pelo preços e condições vigentes.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) Delpho Pereira de Almeida
a) Thompson Scafuto
a) Paulo Janot Borges
a) Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.

No. 17

Processo no. 08 280/71
Referência: JOSÉ PEREIRA DI MATOS - solicita a regularização em seu nome, do lote no 09 - Quadra 08 - Bloco 22 - Setor Comercial da Cidade-Satélite de Sobradinho.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote no. 09 - Quadra 08 - Bloco 22 - Setor Comercial da Cidade-Satélite de Sobradinho, ao Senhor JOSÉ PEREIRA DE MATOS, considerando que o Contrato está assinado e o preço do terreno integralmente quitado.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a)- Delpho Pereira de Almeida
a)- Thompson Scafuto
a)- Paulo Janot Borges
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.

No. 18

Processo no 45 883/70
Referência: Prestação de Serviços pela NOVACAP, através do seu Sistema Eletrônico de Processamento de Dados à SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à aprovação da Minuta de Convênio constante de fls. 40 a 42 dêste processo, a ser firmado entre esta Companhia e a SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

Relator: Diretor OCTÂVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

a)- Delpho Pereira de Almeida
a)-Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
a)- Paulo Janot Borges
a) - Thompson Scafuto.

No. 19

Processo no 12.244/71
Referência: THORWALDSEN LÁZARO AMARAL e RAIMUNDO DE OLIVEIRA - DVO - encaminham prestação de contas referente a despesas com aquisições de peças e acessórios para máquinas e aparelhos.

DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer da Procuradoria Geral, fls. 160, aprova a prestação de contas apresentada pelos Senhores THORWALDSEN LÁZARO AMARAL e RAIMUNDO DE OLIVEIRA, referente ao adiantamento concedido através do processo no. 01.689/71, determinando ao órgão competente o fornecimento da respectiva quitação.

Relator: Diretor OCTÂVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

a)- Delpho Pereira de Almeida
a)- Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
a)- Paulo Janot Borges
a)- Thompson Scafuto

No. 20

Processo no. 18.101/68- DAE - 37.901/69- NOVACAP
Referência: Reajustamento pago a maior, sôbre os serviços executados pela Firma C.C.A. - COMPANHIA DE CONSTRUTORES ASSOCIADOS, nas obras de construção da Estação de Tratanento de Água de Taguatinga.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a emissão de Nota de Débito no valor de Cr$.. 12.422,75 (doze mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros e setenta e cinco centavos). contra a firma C.C.A - COMPANHIA DE CONSTRUTORES ASSOCIADOS, referente a importância processada à maior, relativo a reajustamento de preços das obras executadas na construção da Estação de Tratamento de Água de Taguatinga.

Relator: Diretor OCTÂVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

a) - Delpho Pereira de Almeid
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt.
a) - Paulo Janot Borges
a) - Thompson Scafuto

No. 21

Processo no. 10.631/71
Referência: AUMENTO DO PERCENTUAL DA CONSTRIBUIÇÃO à BENECAP.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator, homologa a decisão da Diretoria da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA NOVA CAPITAL - BENECAP, em complemento a decisão proferida na 759a. sessão, estabelecendo o teto de Cr$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) para efeito do cálculo do desconto da contribuição de 3% (três por cento) dos associados que percebam remuneração acima dêsse valor.

Relator: Diretor OCTÂVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
a) - Paulo Janot Borges
a) - Thompson Scafuto

No. 22

Processo no 11 327/71 e anexos 4.876/70, 15.660/67 e 73.078/70.
Referência: CASA DE REPOUSO DE BRASÍLIA - solicita a transformação de parte do Setor Industrial da Cidade Satélite do Gama em Áreas Especiais, tendo em vista evitar ruidos danosos ao uso dos imóveis construídos para casa de Repouso.

DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo, o parecer da Co. A. U. e a conclusão do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a) - indeferir o pedido da CASA DE REPOUSO DE BRASÍLIA (fls. 69) para transformação de parte do Setor Industrial do Gama em Áreas Especiais;

b) - retificar a decisão proferida em sua 567a. sessão (fls. 19- processo no 15.660/67), no sentido de que a venda autorizada seja para instalação precária de uma casa de saúde, por 04 (quatro) anos, a contar de 02 de abril de 1968;

c) - encaminhar o processo à Secretaria de Viação e Obras e oficiar a Secretaria de Saúde, encaminhando-lhe cópias desta decisão e do relatório da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo - Co. A.U. (fls. 88 a 93) para as medidas que forem julgadas necessárias.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Thompson Scafuto
a) - Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt
a) - Paulo Janot Borges

No. 23

PROCESSO No. 000 272/67-EINB
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Sr. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA cessionário do Sr. LUIZ PEREIRA E SILVA, referente ao lote no. 09 - Bloco 1.260, 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrato com o Sr. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA cessionário do Sr. LUIZ PEREIRA E SILVA;

b) - Autorizar a venda do lote no. 09 - Bloco 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído do lote ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

c- Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 32/35 e elaboração da minuta de escritura definitiva com a SHIS do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÂVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCORT.

No. 24

PROCESSO No. 000 433/67-EINB
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Sr. ANIBAL DA CUNHA cessionário do Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS REIS e êste do sr. JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA, referente ao lote no. 02 - Bloco 1.280, 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrato com o Sr. ANIBAL DA CUNHA cessionário do Senhor FRANCISCO DAS CHAGAS REIS e êste do Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA;

b) - Autorizar a venda do lote no. 02 - Bloco 1.280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste a importância por êle recolhida à NOVACAP a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

c - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 42 a 45 e elaboração da minuta de escritura definitiva com a SHIS do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÂVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

NO. 25

PROCESSO No. 000 343/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o sr. JOVINO FRANCISCO DOS SANTOS, referente ao lote no. 7 - Bloco 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrito com o Sr. JOVINO FRANCISCO DOS SANTOS;

b - Autorizar a venda do lote no. 07 - Bloco 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

c - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 28/31 e elaboração da minuta de Escritura Definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DEPLHO PEREIRA DE ALMEIDA.

a) THOMPSON SCAFUTO.

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÂVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 26

PROCESSO No.000 331/67 -EINB
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor MUHAMMAD HASHEM MUSTAFÁ ISMAIL, referente ao lote no.09 - Bloco 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrato com o Sr. MUHAMMAD HASHEM MUSTAFÁ ISMAIL;

b - Autorizar a venda do lote no. 09 - Bloco 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

c - Encaminhar o processo à

apreciação da minuta de distrato de fls. 29/32 e elaboração da minuta de Escritura Definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 27

PROCESSO No. 000 431/67-EINB REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor OSMAR ELIAS DO NASCIMENTO, referente ao lote no. 03 Bloco no. 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrato com o Sr. OSMAR ELIAS DO NASCIMENTO;

b - Autorizar a venda do lote no. 03 - Bloco 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante à SHIS, condicionando-se porém que a mesma, venda o imóvel construído no lote ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP a qual será deduzida do preço do terreno na formalização da venda à SHIS;

c - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 27/30 e elaboração da minuta de escritura definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - THOMPSON SCAFUTO
a) - PAULO JANOT BORGES
a) - OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 28

PROCESSO No. 000 435/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com a Senhora LUZIA HUMILDES DOS SANTOS, referente ao lote no. 05 - Bloco no. 1.280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com a Senhora LUZIA HUMILDES DOS SANTOS;

2 - Ratificar a venda do lote no. 05 - Bloco no. 1.280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, feita pela NOVACAP à SHIS, na forma do instrumento de fls. 26/28, levando-se a crédito da Senhora LUZIA HUMILDES DOS SANTOS, a importância por ela recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 32/35.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 29

PROCESSO No. 000 359/67-EINB REFERÊNCIA: Formalização do distrato com a Senhora VICTÓRIA CALIL PINTO FERREIRA, referente ao lote no. 01 - Bloco 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

a - Autorizar a formalização do distrato com a Senhora VICTÓRIA CALIL PINTO FERREIRA;

b - Autorizar a venda do lote no. 01 - Bloco no. 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

c - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 28/31 e elaboração da minuta de Escritura Definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) PAULO JANOT BORGES

a) THOMPSON SCAFUTO

a) OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 30

PROCESSO No. 000 432/67-EINB REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor PAULO XAVIER DA CUNHA, referente ao lote no. 09 - Bloco 1.280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor PAULO XAVIER DA CUNHA;

2 - Autorizar a venda do lote no. 09 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionado-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 28/31, e elaboração da minuta de escritura definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. (31)

PROCESSO No. 11 294/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor OTTO MARES, referente ao lote no. 04 - Bloco 1 280 -2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor OTTO MARES;

2 - Autorizar a venda do lote no. 04 - Bloco 1.280 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 28/31, e elaboração da minuta de escritura definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. (32)

PROCESSO No. 000 422/67-EINB REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor JOSÉ MARIA DA SILVA, referente ao lote no. 04 - Bloco 1260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:
A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor JOSÉ MARIA DA SILVA;

2 - Autorizar a venda do lote no. 04 - Bloco no. 1260 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionado-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação na minuta de distrato de fls. 27 e 30, e elaboração da minuta de Escritura Definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual consta a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA.

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) PAULO DARCY PALHAS

No (33)

PROCESSO No. 000 441/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor JOSÉ FERREIRA, referente ao lote no. 08 - Bloco 1260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:
1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor JOSÉ FERREIRA;

2 - Autorizar a venda do lote no. 08 - Bloco no. 1260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionado-se porém, que a mesma venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 26/29, e elaboração da minuta de Escritura Definitiva com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. (34)

PROCESSO No. 000 424/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com a Senhora ANNA FRANCISCA DA SILVA, referente ao lote no. 7 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:
1 - Autorizar a formalização do distrato com a Senhora ANNA FRANCISCA DA SILVA;

2 - Autorizar a venda do lote no. 07 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 27/30, e elaboração da minuta de escritura definitiva, com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 35

PROCESSO No. 10 286/66
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor PRUDENCIO RODRIGUES DE CARVALHO referente ao lote no. 08 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandierante.

DECISÃO:

A Dretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor PRUDENCIO RODRIGUES DE CARVALHO

2 - Autorizar a venda do lote no. 08 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionado-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 35/38, e elaboração da minuta de Escritura Definitiva, com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 36

PROCESSO No. 000 426/67
REFERÊNCIA: Formalização do distrato com o Senhor EDMUNDO DOMINGOS DE SOUZA, referente ao lote no. 06 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO:
A Diretoria, com o voto do Rela-

tor e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,
RESOLVE:
1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor EDMUNDO DOMINGOS DE SOUZA;

2 - Ratificar a venda do lote no. 06 - Bloco no. 1280 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, feita pela NOVACAP à SHIS, na forma do instrumento de fls. 29/31, levando-se a crédito do Senhor EDMUNDO DOMINGOS DE SOUZA, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 35/38.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO JANOT BORGES

a) OCTAVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 37

PROCESSO No.: 000 363/67
REFERENCIA: Formalização do distrito com o Senhor INACIO GAIA DE SOUZA FILHO, referente ao lote no. 08 Bloco no. 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor INACIO GAIA DE SOUZA FILHO;

2 - Ratificar a venda do lote no. 08 - Bloco no. 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, feita pela NOVACAP à SHIS, na forma do instrumento de fls. 27/29, levando-se a crédito do Senhor INÁCIO GAIA DE SOUZA FILHO, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 33/36.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 38

PROCESSO No.: 000 612/67
REFERENCIA: Formalização do distrato com o Senhor DIRCEU AYMARD SCARAMBONE, relativo ao lote no. 01 - Bloco no. 1.340 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor DIRCEU AYMARD SCARAMBONE;

2 - Ratificar a venda do lote no. 01 - Bloco no. 1.340 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, feita pela NOVACAP à SHIS, na forma do instrumento de fls. 32/34, levando-se a crédito do Senhor DIRCEU AYMARD SCARAMBONE, a importância por êle recolhida à NOVACAP a qual será deduzida do preço do terreno na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 38/41.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 39

PROCESSO No.: 000 425/67
REFERENCIA: Formalização do distrato com o Senhor AURINO DUARTE, referente ao lote no. 05 - Bloco 1260 2a. Avenida Residencial do Núcleo.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor AURINO DUARTE;

2 - Autorizar a venda do lote no. 05 - Bloco 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, a SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;

3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 27/30, e elaboração da minuta de Escritura Definitiva, com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.

No. 40

PROCESSO No.: 000 453/67
REFERENCIA: Formalização do distrato com o Senhor DAVID JOSÉ DE LIMA, cessionário do Senhor SEVERIANO PIRES FERREIRA, referente ao lote no. 07 - Bloco no. 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e de acôrdo com o parecer do Departamento Econômico,

RESOLVE:

1 - Autorizar a formalização do distrato com o Senhor DAVID JOSÉ DE LIMA, cessionário do Senhor SEVERIANO PIRES FERREIRA;

2 - Autorizar a venda do lote no. 07 - Bloco no. 1.260 - 2a. Avenida Residencial do loteamento do Núcleo Bandeirante, à SHIS, condicionando-se porém, que a mesma, venda o imóvel construído no lote, ao seu ocupante legal, levando-se a crédito dêste, a importância por êle recolhida à NOVACAP, a qual será deduzida do preço do terreno, na formalização da venda à SHIS;
3 - Encaminhar o processo à Procuradoria Jurídica para apreciação da minuta de distrato de fls. 34/37 e elaboração da minuta de Escritura Definitiva, com a SHIS, do lote em questão, da qual conste a condição de que, aquela Sociedade alienará o imóvel ao seu ocupante legal.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) PAULO JANOT BORGES.

No. 41

ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO DE SOBRADINHO - encaminha diversos processos, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos contratos e quitaram os preços dos terrenos.

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a formalização da venda de lotes na Cidade Satélite de Sobradinho, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os Contratos estão assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados:

Item: 01
Processo: 38 066/69
Interessado: ANTONIO PEREIRA CIDADE
Endereço: lote 03 - Q.10 - conjunto "C" - Residencial.

Item: 02
Processo: 09 004/71
Interessado: MAURÍLIO SEVERINO CARLOS
Endereço: lote 11 - Q.06 - conjunto "A" - Residencial.

Item: 03
Processo: 44 497/67
Interessado: MIRO FRANCISCO ROCHA
Endereço: lote 12 - Q.09 - conjunto "G" - Residencial.

Item: 04
Processo: 08 616/71
Interessado: JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA
Endereço: lote 03 - Q.17 - conjunto "B" - Residencial.

Item: 05
Processo: 64 572/69
Interessado: LAURA RAMOS DA SILVA
Endereço: lote 19 - Q.17 - conjunto "B" - Residencial.

Item: 06
Processo: 08 235/71
Interessado: JOSÉ SILVÉRIO DE LIMA
Endereço: lote 25 - Q. 08 - conjunto "E" - Residencial.

Item: 07
Processo: 08 309/71
Interessado: ERONDINA DE OLIVEIRA FILHA
Endereço: lote 37 Q.17 - conjunto "B" - Residencial.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) THOMPSON SCAFUTO.

No. 42

ESCRITÓRIO IMOBLIÁRIO DE TAGUATINGA - encaminha diversos processos, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos contratos e quitaram os preços dos terrenos.

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a foramlização da venda de lotes na Cidade Satélite de Taguatinga, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os Contratos estão assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados:

Item: 01
Processo: 09 009/71
Interessado: TOMAZ DE AQUINO PARAGUASSÚ
Endereço: lote 09 - Q.QS 13 - Setor "C" - Residencial.

Item: 02
Processo: 09 313/71
Interessado: AVELINO FERREIRA MATINADA
Endereço: lote 48 - Q.QN 30 - Setor "G" - Residencial.

Item: 03
Processo: 09 739/71
Interessado: MANOEL DA COSTA BASTOS
Endereço: lote 23 - Q.QS 27 - SETOR "D" - Residencial.

Item: 04
Processo: 09 008/71
Interessado: THOMAZ EDSON FRANCISCO DA ROCHA
Endereço: lote 05 - Q.QS 21 - Setor "D" - Residencial.

Relator: Diretor THOMSPON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES.
a) OCTÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT.
a) THOMPSON SCAFUTO.

ESCRITÓRIO IMOBOLIÁRIO DO GAMA - encaminha diversos processos, propondo a regularização da venda de lotes aos ocupantes que já assinaram os respectivos contratos e quitaram os preços dos terrenos.

A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a formalização da venda de lotes na Cidade Satélite do Gama, aos seus respectivos ocupantes, abaixo relacionados, tendo em vista que os Contratos estão assinados pelas partes e os preços dos terrenos devidamente quitados:

Item: 01
Processo: 09 312/71
Interessado: ARNALDO DOS SANTOS
Endereço: lote 75 - Q. 21 - Setor Leste Residencial.

Item: 02
Processo: 09 311/71
Interessado: A PARICIO DOS SANTOS FRANÇA
Endereço: lote 32 - Q.07 - Setor Leste Residencial.

Item: 03
Processo: 09 339/71
Interessado: NATALINA MARTINS DE SOUZA
Endereço: lote 14 - Q. 40 - Setor Leste Residencial.

Item: 04
Processo: 09 671/71
Interessado: JOSÉ ALVES TORRES
Endereço: lote 17 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 05
Processo: 09 314/71
Interessado: BENEDITA OLYMPIA DE SOUZA
Endereço: lote 69 - Q. 07 - Setor Leste Residencial.

Item: 06
Processo: 09 337/71
Interessado: MARIA MAIA REIS
Endereço: lote 19 - Q. 05 - Setor Sul Residencial - cojunto "B"

Item: 07
Processo : 09 309/71
Interessado: ANTONO ANTUNES DE OLIVEIRA
Endereço: lote 73 - Q. 11 - Setor Leste Residencial.

Item: 08
Processo: 09 308/71
Interessado: AGNELO GOMES DA SILVA
Endereço: lote 27 - Q. 14 - Setor Oeste Residencial.

Item:09
Processo: 09 669/71
Interessado: JEOVÁ RIBEIRO DOS SANTOS
Endereço: lote 08 - Q. 05 - Setor Sul Residencial - conjunto "B".

Item: 10
Processo: 09 344/71
Interessado: SEBASTIÃO CANDIDO DA SILVA
Endereço: lote 04 - Q. 02 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 11
Processo: 09 670/71
Interessado: JOÃO PROCÓPIO DA SILVEIRA
Endereço: lote 07 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 12
Processo: 09 342/71
Interessado: OSVALDO FERREIRA CHAVES
Endereço: lote 83 - Q. 25 - Setor Oeste Residencial.

Item: 13
Processo: 09 678/71
Interessado: LÚCIO RODRIGUES DOS SANTOS
Endereço: lote 11 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "A".

Item: 14
Processo: 09 738/71
Interessado: MANOEL ALVES DA ROCHA
Endereço: lote 19 - Q. 08 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 15
Processo: 09 726/71
Interessado: HERCULANO PEREIRA MAGALHAES
Endereço: lote 16 - Q. 07 - Setor Sul Residencial - conjunto "G".

Item: 16
Processo: 09 720/71
Interessado: ADILIA ANA DA SILVA

Endereço: lote 13 - Q.10 - Setor Sul Residencial - conjunto "F".

Item: 17
Processo: 09 722
Interessado: DIONISIO JOSE DOS SANTOS
Endereço: lote 11 - Q. 10 - Setor Sul Residencial - conjunto "E".

Item: 18
Processo: 09 727/71
Interessado: JOAO ALVES
Endereço: lote 07 - Q. 10 - Setor Sul Residencial - conjunto "E".

Item: 19
Processo: 09 742/71
Interessado: PEDRO FRANCISCO RIBEIRO
Endereço: lote 06 - Q. 07 - Setor Sul Residencial - conjunto "F".

Item: 20
Processo: 10 339/71
Interessado: THEREZINHA ROSA MARQUES
Endereço: lote 71 - Q. 23 - Setor Oeste Residencial.

Item: 21
Processo: 10 318/71
Interessado: MANOEL CORDEIRO DOS SANTOS
Endereço: lote 82 - Q. 26 - Setor Oeste Residencial.

Item: 22
Processo: 10 348/71
Interessado: ANTONIO ALVES DE CARVALHO
Endereço: lote 07 - Q. 12 - Setor Sul Residencial - conjunto "I".

Item: 23
Processo: 10 320/71
Interessado: MANOEL PEREIRA DA SILVA
Endereço: lote 87 - Q. 22 - Setor Leste Residencial.

Item: 24
Processo: 10 372/71
Interessado: ERONILDES DE JESUS FILHO
Endereço: lote 11 - Q. 02 - Setor Sul Residencial - conjunto "H".

Item: 25
Processo: 09 334/71
Interessado: JOSE SEVERINO DE MEDEIROS
Endereço: lote 02 - Q. 05 - Setor Sul Residencial - conjunto "I".

Item: 26
Processo: 09 736/71
Interessado: JOSE MONTEIRO SOBRINHO
Endereço: lote 20 - Q. 08 - Setor Sul Residencial - conjunto "H".

Item: 27
Processo: 09 732/71
Interessado: JOSE ANTONIO DA SILVA
Endereço: lote 07 - Q. 10 - Setor Sul Residencial - conjunto "G".

Item: 28
Processo: 10 334/71
Interessado: RAIMUNDO DIAS REIS COSTA
Endereço: lote 54 - Q. 11 - Setor Leste Residencial.

Item: 29
Processo: 09 731/71
Interessado: JOAO PINHEIRO DA SILVA
Endereço: lote 13 - Q. 09 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 30
Processo: 09 737/71
Interessado: LEONDINA JOSE PACHECO
Endereço: lote 24 - Q. 07 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 31
Processo: 10 335/71
Interessado: RAIMUNDO JACINTO DA SILVA
Endereço: lote 52 - Q. 05 - Setor Oeste Residencial

Item: 32
Processo: 10 367/71
Interessado: DIVINO JOSE DO COUTO
Endereço: lote 44 - Q. 33 - Setor Oeste Residencial.

Item: 33
Processo: 10 317/71
Interessado: MANOEL ALEXANDRINO DOS SANTOS.
Endereço: lote 25 - Q. 18 - Setor Oeste Residencial.

Item: 34
Processo: 10 314/71
Interessado: JOAO PEREIRA DE MACEDO
Endereço: lote 88 - Q. 21 - Setor Oeste Residencial.

Item: 35
Processo: 10 316/71
Interessado: LUIZ LEMOS
Endereço: lote 41 - Q. 09 - Setor Oeste Residencial.

Item: 36
Processo: 09 724/71
Interessado: FRANCISCO GARCIA DA SILVA
Endereço: lote 05 - Q. 07 - Setor Sul Residencial - conjunto "F".

Item: 37
Processo: 10 354/71
Interessado: BERNARDINA FERREIRA SOUTO
Endereço: lote 68 - Q. 20 - Setor Oeste Residencial.

Item: 38
Processo: 10 352/71
Interessado: ANTONIO PIRES SOARES
Endereço: lote 67 - Q. 16 - Setor Oeste Residencial.

Item: 29
Processo: 10 368/71
Interessado: ELYR RAMALHO AGUM
Endereço: lote 81 - Q. 37 - Setor Leste Residencial.

Item: 40
Processo: 09 685/71
Interessado: SEVERINA ALBERTINA VIEIRA
Endereço: lote 48 - Q. 27 - Setor Oeste Residencial

Item: 41
Processo: 10 383/71
Interessado: HELENO ANDRADE DA SILVA
Endereço: lote 10 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "J".

Item: 42
Processo: 09 684/71
Interessado: SEBASTIAO BUENO DA SILVA
Endereço: lote 10 - Q. 05 - Setor Sul Residencial - conjunto "C".

Item: 43
Processo: 09 686/71
Interessado: THEREZINHA FERREIRA DE MOURA
Endereço: lote 25 - Q. 10 - Setor Oeste Residencial.

Item: 44
Processo: 09 740/71
Interessado: MILTON MATEUS
Endereço: lote 08 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "A".

Item: 45
Processo: 09 723/71
Interessado: EXPEDITO REINALDO DA SILVA
Endereço: lote 04 - Q. 12 - Setor Sul Residencial - conjunto "I".

Item: 46
Processo: 09 725/71
Interessado: GERSON DAMASCENA ROCHA
Endereço: lote 05 - Q. 06 - Setor Sul Residencial - conjunto "B".

Item: 47
Processo: 09 307/71
Interessado: ADELZINO ALVES PEREIRA
Endereço: lote 81 - Q. 01 - Setor Oeste Residencial.

Item: 48
Processo: 09 747/71
Interessado: URSULA LAURENTINA DA SILVA
Endereço: lote 01 - Q. 04 - Setor Sul Residencial - conjunto "C".

Item: 49
Processo: 09 333/71
Interessado: JOSE NASCIMENTO DO CARMO
Endereço: lote 09 - Q. 02 - Setor Sul Residencial - conjunto "D".

Item: 50
Processo: 09 331/71
Interessado: JARDILINA DE JESUS AMARO
Endereço: lote 53 - Q. 23 - Setor Oeste Residencial.

Item: 51
Processo: 09 332/71
Interessado: JOEL BRAGA DE SOUZA
Endereço: lote 06 - Q. 24 - Setor Leste Residencial.

Item: 52
Processo: 09 316/71
Interessado: DEUSDEDIT MOREIRA DE SOUZA
Endereço: lote 15 - Q. 05 - Setor Sul Residencial - conjunto "F"

Item: 53
Processo: 09 341/71
Interessado: OSIRA DANTAS DE MEDEIROS SOARES
Endereço: lote 31 - Q. 04 - Setor Oeste Residencial.

Item: 54
Processo: 09 343/71
Interessado: RAIMUNDO NONATO RODRIGUES
Endereço: lote 98 - Q. 40 - Setor Leste Residencial.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) THOMPSON SCAFUTO.

No. 44
PROCESSO No.: 11 136/71
(302.062/71-SVO)
REFERENCIA: COORDENAÇAO DE OBRAS E SERVIÇOS - SVO - solicita dispensa de licitação para desenvolvimento dos projetos da ESTAÇAO FERROVIARIA DE BRASILIA.

DECISAO:

A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista a urgência requerida pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO, encaminha o processo à consideração do Egrégio Conselho de Administração, solicitando a dispensa de Tomada de Preços, de acôrdo com o artigo 83 da Lei no. 5.149 de 24-12-66 e na forma estabelecida pelo artigo 30 da Instrução no. 163/70, para:

a) - contratar com a firma WALTER & WALTER - Engenharia Civil Ltda. a execução do projeto de cálculo estrutural da ESTAÇAO FERROVIARIA DE BRASILIA, atribuindo-se ao contrato o valor de Cr$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros) e prazo fixado em 60 (sessenta) dias, a partir da emissão da Ordem de Serviço;
b) - contratar com a firma DECIO VILAS BOAS a execução do projeto de instalações da ESTAÇAO FERROVIARIA DE BRASILIA, conferindo-se ao contrato o valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e prazo fixado em 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. Deverão constar dos respectivos contratos, as observações contidas nos itens 2 e 3 do expediente no. 641/71 - Co. Q.S. (fls. 15).

Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
A) PAULO JANOT BORGES
a) OCTAVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
a) THOMPSON SCAFUTO

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

DIRETORIA

61a. Sessão

Reunião em: 18.05.71

PROCESSO No. 4.846/71
ASSUNTO: "TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES (TEP)" e "VALORES SALARIAIS", da COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, elaborada de acôrdo com o Decreto no. 1575, de 23 de dezembro de 1970, alterado pelo Decreto no. 1663, de 31 de março de 1971.

DECISAO: A Diretoria opina favoràvelmente pela aprovação da "TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES (TEP)" e "VALORES SALARIAIS" da CAESB, elaborada de acôrdo com o Decreto no. 1575, de 23 de dezembro de 1970, alterado pelo Decreto no. 1663, de 31 de março de 1971, com vigência a partir de 1o. de maio de 1971. Decide, ainda, pelo encaminhamento do processo ao Egrégio Conselho de Administração, para final aprovação.

TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES

NÍVEL EP-1

SALÁRIO: Cr$ 228,00
CARGO: Trabalhador - Bombeiro Hidráulico-B - Operador de Estação de Tratamento-B - Operador de Máquinas - Mecânico.

NÍVEL EP-7

SALÁRIO: Cr$ 500,00

CARGOS: Bombeiro Hidráulico-C - Comprador - Desenhista-A

NÍVEL EP-8

SALÁRIO: Cr$ 550,00
CARGOS: Aferidor de Hidrômetro - Montador de Hidrômetro - Operador de Estação de Tratamento - C.

NÍVEL EP-9

SALÁRIO: Cr$ 600,00
CARGOS: Mestre de Obras - Desenhista-B - Bombeiro Hidráulico-D - Auxiliar de Estação de Tratamento-D - Mecânico Especializado.

NÍVEL EP-10

SALÁRIO: Cr$ 700,00
CARGOS: Almoxarife - Desenhista-C - Auxiliar Técnico de Administração.

NÍVEL EP-11

SALÁRIO: Cr$ 750,00
CARGOS: Assistente de Administração - Desenhista-D - Mestre de Bombeiro Hidráulico - Operador de Sistema - Condutor de Topografia - Laboratorista.

NÍVEL EP-12

SALÁRIO: Cr$ 800,00
CARGO: Técnico de Contabilidade.

NÍVEL: EP-13

SALÁRIO: Cr$ 900,00
CARGOS: Auxiliar Técnico de Saneamento - Assessor de Administração - Tesoureiro-Auxiliar.

NÍVEL EP-14

SALÁRIO: Cr$ 1.200,00
CARGOS: Tesoureiro - Técnico de Saneamento - Técnico de Laboratório.

NÍVEL EP-15

SALÁRIO: Cr$ 2.120,00
CARGOS: Advogado - Arquiteto - Biologista - Engenheiro Civil ou Sanitarista - Engenheiro Eletricista - Engenheiro Químico - Farmacêutico - Psicólogo - Químico.

NÍVEL EP-2

SALÁRIO: Cr$ 250,00
CARGOS: Entregador de Conta - Serviçal - Ajudante de Anotador de Consumo

NÍVEL EP-3

SALÁRIO: Cr$ 300,00
CARGOS: Artífice - Auxiliar de Aferição - Auxiliar de Bombeiro - Aprendiz de Desenhista - Auxiliar de Medição - Contínuo - Guarda-Sanitário - Auxiliar de Montador de Hidrômetro.

NÍVEL EP-4

SALÁRIO: Cr$ 350,00
CARGOS: Anotador de Consumo - Auxiliar de Laboratório - Praticante de Administração-A - Telefonista - Ascensorista - Guarda - Porteiro.

NÍVEL EP-5

SALÁRIO: Cr$ 400,00
CARGOS: Armazenista - Bombeiro Hidráulico-A - Nivelador - Artífice Especializado - Auxiliar de Desenhista - Motorista - Operador de Estação de Tratamento-A - Praticante de Administração-B.

NÍVEL: EP-6

SALÁRIO: Cr$ 450,00
CARGOS: Auxiliar de Escritório

LÚCIO GOMIDE LOURES

ARIDES SILVA CAMPOS
Diretor

ERNESTO CHALRÉO CORREA
Diretor

- A BOA CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS TRAZ BENEFÍCIOS PARA VOCÊ UTILIZE-OS CONVENIENTEMENTE.

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVÊRNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE AUTORIZAÇAO PARA OCUPAÇAO DE AREA, SITUADA NA SQS 210, DESTINADA A INSTALAÇAO, A TITULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos 05 (cinco) dias do mês de maio de 1971 (mil novecentos e setenta e um), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área, de domínio do Distrito Federal, situada na SQS 210, na conformidade do disposto no artigo 24, da Lei no. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviço Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo no. 25.525/70, e, do outro lado o Senhor WALKIRIO ABRANCHES PINHEIRO, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na SQS 210, destinada à instalação de uma Banca para venda de jornais, revistas e similares. PARAGRAFO UNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula, será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLAUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO montará, por sua conta, na área objeto do presente Têrmo, uma Banca de Jornais e Revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo PR-23/6, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLAUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO se obriga a manter a Banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLAUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARAGRAFO PRIMEIRO - A desobediência às instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1) pagamento de multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; 2) a cobrança da multa retro referida, em dôbro no caso de reincidência; 3) cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO no caso de terceira infrigência. PARAGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLAUSULA QUINTA - O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal, a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupaçao mensal, no valor de Cr$ 53,00 (cinquenta e três cruzeiros), até o 10o. (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARAGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa de ocupaçao fixada na presente cláusula reajustável, na conformidade do critério estabelecido no artigo 5o. da Lei no. 4.380, de 21 de agôsto de 1964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARAGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento), calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente da incidência de mora. CLAUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL reterá, a título de caução, a importância de Cr$ 53,00 (cinquenta e três cruzeiros), depositada pelo AUTORIZADO nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto no. 1.653/71. CLAUSULA SETIMA - O presente Têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLAUSULA OITAVA - Esta autorização é outorgada em caráter precário. Assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, - dêle retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda - tão logo seja interpelado para o fazer. PARAGRAFO UNICO - O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente da interpelação, decorridos vinte e quatro (24) meses, contados da assinatura dêste documento. CLAUSULA NONA - A inadimplência de quaisquer das cláusulas do presente Têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLAUSULA DECIMA - As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta do AUTORIZADO. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - O Regulamento para exploração de Bancas de Jornais e Revistas no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto no. 1.653/71 e o Edital no. 011/70-C.C.-S.S.P., passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - Fica eleito o Fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo Autorizado; (a.) WALKIRIO ABRANCHES PINHEIRO; Testemunhas: (a.) Benilde Cardozo Rosa e (a.) Rita de Cássia Amorim Silva.

CERTIDAO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios No.08, fls., 487/88 da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

Brasília, 05/05/71.

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios la. Subprocuradoria - Geral.

VISTO
Em 10/05/1971

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
a. Subprocuradoria - Geral.

TÊRMO DE RESCISAO DO INSTRUMENTO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A AÇAO SOCIAL DO PLANALTO TENDO POR OBJETO A OCUPAÇAO DE AREA SITUADA NA AV. W/3 SUL. QUADRA 510, ENTRE OS BLOCOS "B" e "C" DESTINADA À INSTALAÇAO, A TITULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos trinta a um (31) dias do mês de março de mil novecentos e setenta e um (1971), assinou-se êste Têrmo de Rescisão, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo no. 60.818/69, e, do outro lado, a AÇAO SOCIAL DO PLANALTO, neste ato representada por sua presidente, senhora NATANRY LUDOVICO LACERDA OSORIO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta capital, resolvem firmar o presente Têrmo de Rescisão de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, as partes têm como rescendido o Têrmo de Autorização para Ocupação de Área, situada na Av. W/3 Sul, Quadra 510, entre os blocos "B" e "C", destinada a instalação a título precário de Banca de Jornais e Revistas, entre si celebrado aos dezenove (19) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta. CLÁUSULA SEGUNDA - O Têrmo de Autorização ora rescindido foi publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 01 de julho de 1970, e lavrado no livro de Registros de Contratos e Convênios no. 07, fls. 151/153 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - O Distrito Federal pelo presente, declara receber a área de que trata a cláusula primeira dêste instrumento tal como foi por êle cedida, e dá-se por satisfeito quanto às obrigações assumidas pela autorizada. CLÁUSULA QUARTA - A AUTORIZADA, Ação Social do Planalto, por sua vez, declara que devolve ao DISTRITO FEDERAL, a área de que trata a cláusula primeira dêste instrumento, nada tendo a reclamar, seja a que título fôr, com relação ao Têrmo de Autorização para Ocupação de Área que ora se dá por rescindido. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento será publicado no órgão oficial "Distrito Federal", e, por estarem assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL. (as). Doutor Paulo da Fonseca Viana. PELA AUTORIZADA. Natanry Ludovico Lacerda Osório. TESTEMUNHAS. (as). Rita de Cássia Amorim da Silva. (as). Geraldo Antônio de Medeiros Calado.

CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraído do Livro de Registro de Contratos e Convênio No.08, fls. 446/447, da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

Brasília, 31/03/1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
la. Subprocuradoria-Geral

VISTO:

Em 12/5/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da
la. Subprocuradoria-Geral

TÊRMO DE CONTRATO DE LOCAÇAO CELEBRADO ENTRE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E O SENHOR ANTONIO VENANCIO DA SILVA, TENDO POR OBJETO A LOCAÇÃO DE 6 (SEIS) SALAS LOCALIZADAS NO EDIFÍCIO VENANCIO III. PARA INSTALAÇÃO DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS. Na forma abaixo.

Aos 10 (dez) dias do mês de maio de 1 971 (mil novecentos e setenta e um), no Gabinete da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Finanças, Doutor CARLOS SANTOS JÚNIOR, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo no. 10467/71, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e, do outro lado, o Senhor ANTONIO VENANCIO DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Av. Atlântica no.1218, apart. no. 70, Estado da Guanabara, C.I.C. no. 001455301, representado por seu Procurador, Senhor CARLOS ANANIAS BARBOSA, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente LOCADOR, resolvem firmar o presente Contrato de Locação de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O LOCADOR dá em locação ao LOCATÁRIO, as salas de nos. 509 a 514, tôdas situadas no 5o. andar do Edifício Venâncio III, localizado no Setor de Diversões Sul, lote E/2, em Brasília, Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da locação é de 8 (oito) meses, iniciando sua vigência no dia 1o. (primeiro) de maio do corrente ano, expirando-se no dia 31 (trinta e um) de dezembro de 1971. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor mensal da locação é de Cr$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros), por sala, cujo valor será acrescido da taxa de condomínio no valor de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por unidade e mais a taxa de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) referente ao Impôsto Predial. CLÁUSULA QUARTA - Caberá ao LOCATÁRIO, o pagamento das importâncias referentes à água, luz, telefones e esgotos. CLÁUSULA QUINTA - O LOCATÁRIO declara receber as salas mencionadas na cláusula primeira dêste Instrumento, em perfeitas condições de habitabilidade obrigando-se a mantê-las e devolvê-las no mesmo estado em condições de uso e conservação ao término dêste Contrato. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta do LOCATÁRIO os estragos resultantes do uso das salas e correrão por conta do LOCADOR, sòmente os consertos dos defeitos originados de vícios de construção, obrigando-se o LOCATÁRIO, através da Junta de Recursos Fiscais, para êsse fim e efeito, a avisar com antecedência ao LOCADOR, da ocorrência de qualquer defeito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O LOCATÁRIO, através da Junta de Recursos Fiscais, submeterá ao LOCADOR, para sua aprovação os consertos a serem efetuados, devendo sempre empregar nos mesmos, material igual, ou à sua falta, similar de boa qualidade, existente na coisa consertada ou substituída. CLÁUSULA SEXTA - Fica expressamente proibida qualquer modificação do imóvel, salvo autorização expressa e por escrita do LOCADOR, a qual deverá ser aditada ao presente Contrato sob pena de, fazendo-se, quem quer que seja, ficar fazendo parte integrante e indivisível do imóvel, sem atribuição ao LOCATÁRIO de qualquer direito de retenção ou indenização, nem mesmo benfeitorias úteis ou necessárias, independentemente de ressarcimento, por parte do LOCADOR, de perdas e danos. PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO obriga-se a manter as fachadas do imóvel, no estado determinado pelo LOCADOR, não podendo alterá-las com o uso de móveis ou decorações internas, permitindo para tanto, a vistoria do imóvel, sempre que necessário, a juízo do LOCADOR, assim como respeitar o Regulamento do Edifício, que fica fazendo parte integrante do presente Contrato, podendo ser alterado, sempre que o LOCADOR julgar conveniente. CLÁUSULA SÉTIMA - As salas, são dadas em Locação para o uso dos Serviços da Junta de Recursos Fiscais, não podendo o LOCATÁRIO, sublocar, trespassar ou transferir o presente Contrato de Locação, seja qual fôr a designação dada, salvo com autorização expressa e por escrita do LOCADOR, a qual deverá ser aditada a êste Contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - Não será permitida a manutenção ou a permanência de pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas, obrigando-se o LOCATÁRIO, nesta hipótese a proceder a imediata desinfecção. CLÁUSULA OITAVA - A infração de qualquer das cláusulas dêste Contrato, salvo mútuo acôrdo das partes, implicará em rescisão, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. CLÁUSULA NONA - Os recursos para fazer face às despesas com a execução dêste Contrato no presente exercício, são procedentes do orçamento do Distrito Federal, para o ano de

1971, aprovado pela Lei no. 5641, de 03 de dezembro de 1 970, pelo seguinte ítem: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho no. 83/71, no valor de Cr$ 30.720,00 (trinta mil, setecentos e vinte cruzeiros), emitida pela Secretaria de Finanças. CLAUSULA DÉCIMA - A renovação da Locação poderá ser feita por mútuo consentimento das partes, que deverão pronunciar-se até 30 (trinta) dias antes do término do mesmo. PARÁGRAFO ÚNICO - Na renovação observar-se-ão os índices de correção monetária previstos na legislação vigente. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O LOCATÁRIO obriga-se a entregar ao LOCADOR tôdas e quaisquer intimações que lhe forem dirigidas sôbre o imóvel dado em locação. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Correrão por conta do LOCADOR tôdas as despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste Contrato. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Contrato será publicado no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.) CARLOS SANTOS JÚNIOR; Pelo Locador (a.) CARLOS ANANIAS BARBOSA. Testemunhas: (a.) Benilde Cardozo Rosa e (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraído do Livro de Registro de Contratos e Convênios No. 10, fls. 05/07 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal

Brasília, 10/05/1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1a. Subprocuradoria-Geral

VISTO:

Em 12/05/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador Chefe da
1a. Subprocuradoria-Geral

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E A FIRMA BARSIL - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO DESTINADO À CAPELA MORTUÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO DE TAGUATINGA. Na forma abaixo.

Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 1971 (mil novecentos e setenta e um), no Gabinete do Excelentíssimo Senhor Administrador Regional de Taguatinga, assinou-se êste Contrato, presentes de um lado, o Govêrno do Distrito Federal, representado pelo Administrador Regional de Taguatinga, Professor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo no. 830814/71, e, do outro lado, a firma BARSIL - Construções e Comércio Ltda., estabelecida a Rua 4, no. 1527, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, nêste ato representada pelo Senhor LEONCIO BARBOSA DA SILVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Goiânia-GO, resolvem firmar o presente Contrato de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a construção de um prédio destinado à Capela Mortuária e Administração do Cemitério de Taguatinga, Distrito Federal. A obra será realizada sob regime de empreitada por preço global. CLÁUSULA SEGUNDA - Compromete-se ainda a CONTRATADA a executar a obra aludida na cláusula anterior, com rigorosa observância de tôdas as condições constantes das especificações e projetos que serviram de base à Licitação, as quais passam a fazer parte integrante dêste Contrato. CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo para a execução da obra será de 150 (cento e cincoenta) dias, contado da data do recebimento pela CONTRATADA, da competente Ordem de Serviço expedida pela Administração Regional de Taguatinga. PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo acima estipulado é improrrogável salvo motivo de absoluta fôrça maior a juízo do Govêrno do Distrito Federal, sob pena de multa, nos têrmos do Decreto no. 1280, de 28 de janeiro de 1970. CLÁUSULA QUARTA - Pela obra contratada o Govêrno do Distrito Federal, obriga-se a pagar à CONTRATADA o preço global de Cr$ 82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos cruzeiros), sendo que a forma de pagamento obedecerá ao seguinte critério: 25% (vinte e cinco por cento), do valor global da obra quando todo o canteiro estiver instalado, todos os projetos e detalhes de cálculos entregues e fundações concluídas; 20% (vinte por cento), quando tiver sido concretada tôda a estrutura em concreto armado, estando tôdas as tubulações embutidas nos concretos assentados; 20% (vinte por cento), quando estiver concluídas tôda alvenaria, com tôdas as tubulações passadas e camada impermeabilizadora concretada; 20 % (vinte por cento), quando estiver concluídas todo o revestimento, esquadrias colocadas, aparelhos sanitários assentados, fiação elétrica passada e vidros colocados; 15% (quinze por cento), quando da entrega da obra estando a mesma completamente limpa, canteiro de obras removido, instalações testadas, pisos e metais limpos e polidos. CLÁUSULA QUINTA - Os recursos para fazer face às despesas com a execução dêste Contrato são procedentes do orçamento do Distrito Federal, para o ano de 1971, Lei no. 5641, de 3 de dezembro de 1 970, pelo seguinte elemento: 4.0.0.0. - Despesas de Capital; 4.1.0.0. - Investimentos; 4.1.1.0. - Obras Públicas; 4.1.1.05 - Construção de Edifícios Públicos - Programa 10 - Habitação e Planejamento Urbano; Subprograma 04 - Planos Gerais; Plano Trimestral de Aplicação (PTA), conforme Nota de Empenho no. 10/71, no valor de Cr$ 82.600,00 (oitenta e dois mil e seiscentos cruzeiros), emitida pela Administração Regional de Taguatinga. CLÁUSULA SEXTA - Tôdas as despesas com a execução dos serviços correrão por conta da contratada, inclusive mão-de-obra, especializada ou não, seguros em geral e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, impostos taxas e encargos da legislação trabalhista. CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de não cumprimento parcial ou total do presente Contrato, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades constantes do disposto no Decreto no. 1280, de 28 de janeiro de 1970, baixado pelo Govêrno do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - Este Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial, e sem que a CONTRATADA tenha direito a indenização de qualquer espécie: a) por mutuo acôrdo; b) se a CONTRATADA: 1) falir ou entrar em liquidação; 2) transferir obrigações ajustadas, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Govêrno do Distrito Federal; 3) não cumprir quaisquer das condições estipuladas neste Contrato; 4) incorrer em multa por mais de duas (2) infrações contratuais; 5) não recolher a multa imposta dentro do prazo estipulado. CLÁUSULA NONA - O presente Contrato só entrará em vigor depois de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - A cobrança judicial de quaisquer dívidas para com a Fazenda Pública, decorrente dêste Contrato, será feita através de Ação Executiva, consoante o estabelecido no Parágrafo Único, do Art. 1o., do Decreto-Lei no. 960, de 17 de novembro de 1938. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A devolução da caução, se dará mediante requerimento da CONTRATADA ao Administrador Regional de Taguatinga, 30 (trinta) dias após a entrega definitiva da obra. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Correrão por conta da CONTRATADA tôdas as despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste instrumento no Órgão oficial o "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a). FERNANDO CORASSA; Pela Contratada; (a). LEONCIO BARBOSA DA SILVEIRA. Testemunhas: (a.) Benilde Cardoso Rosa e (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios No. 10; fls. 14/16 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

Brasília, 11/05/1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1a. SUBPROCURADORIA-GERAL

VISTO:
EM 12/05/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos (10) dez dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e um (1971), no Gabnete da Secretaria de Administração do Distrito Federal, foi assinado o presente Têrmo de Transação entre o Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Administração, Doutor CID FERREIRA LOPES FILHO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo no. 7455/70. e. do outro lado, a FIRMA PAVIPLAN-CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO PLANALTO Ltda., tendo por objeto resolver em têrmos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente ocorrido aos 22 (vinto e dois) dias do mês de abril de 1970, na saída substerrânia, sul da Estação Rodoviária de Brasília, em que estiveram envolvidas as viaturas marca Volkswagem tipo Kombi, placa oficial, D.F. 76-93, de propriedade do Govêrno do Distrito Federal, que era na ocasião dirigida pelo motorista do G.D.F., Senhor JOSÉ NASCIMENTO matrícula no. 13 247-GDF, e a viatura marca Internacional, tipo caminhão, placa particular No. 6-13-97-DF, que era na ocasião dirigida pelo Senhor GERALDO MAGELA GONÇALVES SENA, de propriedade da Firma PAVIPLAN - CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇAO PLANALTO LTDA., resolvem firmar o presente Têrmo de Transação de acôrdo com as seguintes clausulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A Firma PAVIPLAN - CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇAO PLANALTO LTDA., aceita os têrmos desta Transação em todo o seu conteudo, compromentendo-se a: a) não pleitear em juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto da presente transação; b) aceitar o valor da indenização proposta pelo Govêrno do Distrito Federal, no valor de ... Cr$4 313,86 (quatro mil, trezentos e treze cruzeiros e oitenta e seis centavos) e a ressaci-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula será paga ao Govêrno do Distrito Federal, pela firma PAVIPLAN - CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO PLANALTO LTDA., em dez prestações mensais e sucessivas, representada por 10 (dez) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$431,44 (quatrocentos e trinta e um cruzeiros e quarenta e quatro centavos), e as demais no valor de Cr$431.38 (.. quatrocentos e trinta e um cruzeiros e oito centavos), cada vencendo a primeira no dia 30 (trinta) do maio de ..... 1971 e a última no dia 30 (trinta) de março de 1972. CLÁUSULA SEGUNDA - O Govêrno do Distrito Federal, aceita a presente composição em todos os seus têrmos e cláusulas comprometendo-se a: a) abrir mão de qualquer medida ou promoção no Judiciário em relação ao fato objeto da presente transção. CLÁUSULA TERCEIRA - A cobrança judicial de quaisquer dívidas para com a fazenda do Distrito Federal, decorrentes do presente Têrmo de Transação, será feita de conformidade com o que estabelece o Parágrafo único do Artigo 1o. do Decreto Lei No. 960, de 17 de novembro de 1938. CLÁUSULA QUARTA - A assinatura do presente Têrmo constituirá obrigação para a Firma PAVIPLAN - CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇAO PLANALTO LTDA., após sua publicação no órgão oficial o "Distrito Federal". CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo Pelo DISTRITO FEDERAL; a) Dr. CID FERREIRA LOPES FILHO; Pelas Partes GERALDO MAGELA GONÇALVES SENA: a) JOSÉ NASCIMENTO; TESTEMUNHAS: a) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA: e a.) GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registo de Contratos e Convênios No. 10 a fls. 08/09 da 1a. Subsprocuradoria Geral do Distrito Federal.

Brasília, 10/05/1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1a. Subsprocuradoria-Geral

VISTO:
Em 14/05/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

Contrato de empreitada que entre si fazem a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a firma CONSTRUTORA ROIZEN LTDA., na forma abaixo:

A Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, com sede em Brasília, Distrito Federal, neste ato designada simplesmente FUNDAÇÃO, e representada por seu Presidente, Prof. Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, e a firma Construtora Roizen Ltda. estabelecida na cidade de São Paulo - SP, à Rua Rego Freitas no. 354, 1o. andar, Sala no. 15, neste ato denominada EMPREITEIRA e representada pelo Doutor Maurício Roizen, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado em São Paulo-SP, pelo presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo número 342.497/71-SEC, têm entre si justo e contratado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA - A EMPREITEIRA, por êste ato e instrumento, se obriga e se compromete a executar, para a FUNDAÇÃO, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de execução das obras pertinentes à construção de 2 (duas) unidades escolares de ensino médio, compostas de 10 (dez) salas de aula cada uma e demais dependências, tudo em pré-moldado, com 3.543,99 m2 cada unidade, localizadas, respectivamente, na Ceilândia, em Taguatinga, e na área especial no.2 em Brazlândia, em Brasília, Distrito Federal, obedecendo, integralmente, o projeto, plantas e demais especificações do memorial descritivo, que depois de rubricado pelos contratantes passa a fazer parte integrante e inseparável do presente contrato, como se nêle transcrito houvesse sido. CLÁU-

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

SULA SEGUNDA - A construção se fará de acôrdo com o estipulado no presente contrato, ao qual se incorporam, para todos os efeitos, "ESPECIFICAÇÕES", " PRANCHAS E DESENHOS" e NORMAS PARA REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, INSTRUÇÃO No. 148/70, da SUPERINTENDÊNCIA DA NOVACAP" e, no que fôr aplicável, o "CADERNO DE ENCARGOS DA NOVACAP". Referidos documentos em duas vias estão rubricados, em tôdas suas fôlhas, pelos contratantes e ficam fazendo parte integrante dêste contrato, como se aqui transcritos em todos os seus têrmos, cláusulas e condições. CLÁUSULA TERCEIRA -A FUNDAÇÃO se obriga a pagar à EMPREITEIRA, pela execução das obras, o preço global de Cr$ 1.701.115,20 (hum milhão, setecentos e um mil, cento e quinze cruzeiros e vinte centavos), sendo que a forma de pagamento obedecerá o disposto na Cláusula 9a. dêste contrato, devendo ser descontado de cada fatura 5% (cinco por cento) como refôrço de caução, desconto êste que recairá também sôbre qualquer reajustamento concedido pela FUNDAÇÃO sôbre o valor destas faturas. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A caução inicial exigida de 1% do valor do contrato, assim como o seu respectivo refôrço, sòmente poderão ser levantados após o recebimento definitivo da obra, ou seja, até 180 dias após o recebimento provisório. PARÁGRAFO SEGUNDO - A soma das Retenções relativa à caução e seu refôrço não vencerá juros. CLÁUSULA QUARTA - No caso de não serem atendidas as reclamações formuladas pela Divisão Têcnica da Fundação poder-se-á aplicar para o atendimento daquela reclamação o total das retenções correspondentes à caução e seu refôrço, bem como do saldo por ventura existente. PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA as obrigações concernentes ao pagamento de previdência social e ao F.G.T.S., relativas às fôlhas de pagamento do pessoal empregado na obra, a FUNDAÇÃO poderá descontar das faturas os valôres necessários à liquidação das mencionadas obrigações. CLÁUSULA QUINTA - O preço total da construção fica sujeito a reajustamento calculado sôbre cada uma das prestações, - únicas admitidas pelas partes contratantes, - cuja incidência, valor e forma de pagamento serão regulados pelo disposto na Instrução no. 148, de 10 de junho de 1970, da Superintendência da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Tôdas as despesas com a execução dos serviços correrão por conta da EMPREITEIRA, inclusive material, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, impostos, taxas e obrigações da Legislação Social Trabalhista. CLÁUSULA SÉTIMA - A EMPREITEIRA dará início às obras dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da "Ordem de Serviço", a qual será expedida após a publicação do contrato e aprovação dos projetos, devendo as referidas obras estarem concluídas no prazo global de 90 (noventa) dias corridos, contados da expedição da "Ordem de Serviço". CLÁUSULA OITAVA - A interrupção temporária da obra por determinação da FUNDAÇÃO por razões de execução de serviços que não atendam aos requisitos ou detalhes preestabelecidos ou por falta de elementos técnicos cujo fornecimento seja de responsabilidade da mesma, acarretará a prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços que tenham sido interrompidos. CLÁUSULA NONA - O preço global da construção referida na Cláusula Primeira é de Cr$.. 1.701.115,20 (hum milhão, setecentos e um mil, cento e quinze cruzeiros e vinte centavos), e o pagamento respectivo, ressalvado o disposto no § Único da Cláusula Décima será efetuado pela FUNDAÇÃO, contra a apresentação dos respectivos faturamentos, em prestações, calculadas em percentagens sôbre o referido preço, na forma a seguir específicada : 1a. - após instalado o canteiro de obras, concluídas as etapas referentes à projetos, preparação do terreno e depositadas nas obras as estruturas de ferro galvanizadas..30% 2a. - após depositadas nas obras as peças de cobertura (telhas canaletas) ... 10%; 3a. - concluídas as fundações, montada a estrutura e colocada a cobertura..20%; 4a. - colocadas as esquadrias metálicas 10%; 5a. - concluídas as paredes 10% ; 6a. - concluídas as rêdes de esgôto e colocados os eletrodutos (rêde elétrica) 10% 7a. - na entrega da obra ... 10%; CLÁUSULA DÉCIMA - Para execução dos serviços correspondentes a cada uma das prestações acima mencionadas, ficam estabelecidos os seguintes prazos limites para o desenvolvimento das obras e serviços a cargo da EMPREITEIRA :

1a.	prestação	até	o	40o. dia
2a.	prestação	até	o	40o. dia
3a.	prestação	até	o	60o. dia
4a.	prestação	até	o	65o. dia
5a.	prestação	até	o	70o. dia
6a.	prestação	até	o	70o. dia
7a.	prestação	até	o	90o. dia

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o recebimento das prestações, excluída a 1a., a que se referem esta Cláusula fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INPS e ao FGTS, vencidos até a data da apresentação da fatura, bem como a prova de pagamento das fôlhas salariais do pessoal empregado na obra, vencidas até a mesma data. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA No caso de atraso na entrega da obra nos têrmos da Cláusula Sétima, a EMPREITEIRA ficará sujeita ao pagamento da multa de 0,3% (três décimos por cento) calculada sôbre o valor global do contrato, multa esta que será cobrada independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial. PARÁGRAFO ÚNICO - Aplicar-se-á, ainda, à EMPREITEIRA a multa de 0,003% (três milésimos por cento) sôbre o valor do contrato, por dia de excesso que, eventualmente, venha a ocorrer em cada um dos prazos parciais estabelecidos no cronograma fixado na Cláusula Décima dêste instrumento, excluído o último prazo parcial, ao qual será aplicável a multa de 0,3% (três décimos por cento). CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As multas estabelecidas na Cláusula anterior serão entendidas como independentes e cumulativas, e poderão ser descontadas no valor da primeira fatura a ser recebida pela EMPREITEIRA após a aplicação da penalidade. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Caso a EMPREITEIRA consiga, sem prejuízo do bom andamento e acabamento dos serviços, recuperar atrasos que tenham ocorrido em fases anteriores do cronograma, e entregar a obra dentro do prazo global, ser-lhe-ão devolvidas as importâncias das multas que lhe tenham sido aplicadas por infração dos prazos parciais. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As multas de que trata a Cláusula Décima Primeira e Parágrafo Único dêste contrato, não se aplicarão à EMPREITEIRA nos casos fortuitos ou de fôrça maior, e de prorrogação de prazo, podendo ser revisto ou adaptado o cronograma inicial. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Contrato poderá ser rescindido independentemente de interpelação ou notificação judicial, a critério da parte não inadimplente, no caso de ocorrer o descumprimento pela outra de quaisquer condições estipuladas, sem que caiba à esta direito a indenização de qualquer espécie, ou ainda, nas seguintes hipóteses: 1a.) falência, concordata ou dissolução da EMPREITEIRA ; 2a.) transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da FUNDAÇÃO; 3a.) atingirem as multas por excesso de prazo, em qualquer momento, o valor de 1,5% (hum e meio por cento) do preço global ajustado ou 50% do valor correspondente às retenções já efetuadas, de acôrdo com a Cláusula Terceira; 4a.) mútuo consentimento das partes contratantes. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A EMPREITEIRA designará, em caráter permanente, um engenheiro para dirigir a execução da obra, obrigando-se outrossim, a substituí-lo e retirá-lo da obra, assim como a qualquer empregado operário ou subordinado no caso de solicitação da FUNDAÇÃO, sem que, fique esta obrigada a declarar os motivos dessa resolução. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A EMPREITEIRA não poderá subempreitar as obras contratadas, no todo ou em parte, sem a prévia anuência por escrito da FUNDAÇÃO, neste caso mantida a responsabilidade direta da EMPREITEIRA. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A execução do presente Contrato dar-se-á através da Divisão Técnica da Fundação que indicará engenheiros e prepostos credenciados junto à EMPREITEIRA para exercer as tarefas de orientação geral, contrôle e fiscalização das obras. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Concluída a obra, o seu recebimento provisório dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, e, caso não se verifiquem defeitos ou imperfeições de construção, lavrar-se-á até 180 (cento e oitenta) dias após, o têrmo definitivo. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A EMPREITEIRA se obriga a responder pela boa qualidade, perfeição, solidez e segurança dos serviços objeto do presente Contrato, de conformidade com o disposto no artigo 1.245 do Código Civil Brasileiro. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Correrão por conta da EMPREITEIRA tôdas as despesas decorrentes dêste contrato, inclusive sua publicação no órgão oficial o "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, o fôro do Distrito Federa, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente instrumento. E, por estarem assim justas e contratadas, mandaram que se lhes preparasse êste instrumento em 06 (seis) vias, de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme na presença das duas testemunhas adiante nomeadas a todo ato presentes, vai por todos assinado, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, tão inteiro e fielmente como nêle se contém, em tôdas as suas cláusulas e condições por si e seus sucessores, dando-o sempre por firme, bom e valioso, em juízo ou fora dêle.

Brasília, 7 de abril de 1 971.

Pela FUNDAÇÃO
JÚLIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS

Pela EMPREITEIRA
MAURÍCIO ROIZEN

TESTEMUNHAS :

ROSALVO GOMES CRUZ
EDUARDO JOBIM

EDITAIS E AVISOS

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGÒTOS DE BRASÍLIA
- CAESB -

TOMADA DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE 02 CONJUNTOS MOTOR-BOMBA ELÉTRICOS SUBMERSÍVEIS

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços referente ao Edital nº..... 007/71-CAESB, para aquisição de 02 (dois) conjuntos motor-bomba elétricos submersíveis e complementares, destinados à COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA CAESB, que será realizado na sua sala de Licitações, no 1º andar do Edifício-Sede da Companhia, no Setor Comercial Sul, quadra 13, nºs 67 a 97, em Brasília - DF., às 10:00 horas do dia 04 de junho de 1.971.
As condições gerais para habilitação, acham-se afixadas no seu quadro de avisos do 3º andar.

Brasília, 18 de maio de 1971

ENGº JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente da Comissão de Licitações

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO

Encontra-se à disposição dos interessados, na Divisão do Material da SEP, situada no Setor de Garagens Oficiais, próximo ao Palácio do Buriti, o Edital de Tomada de Preços nº 005/71-CPL, referente a adaptações, instalações e confecções de paredes divisórias a serem executadas no 7º andar do Bloco "C", no Setor de Autarquias.
A abertura das propostas se realizará às 15 horas do dia 03 de junho de 1971.

Brasília-DF., 17 de maio de 1971

HERALD TABB DE MORAES
Diretor do D.S.G.
(Respondendo)

OS IMOVEIS DO GOVERNO TAMBÉM LHE PERTENCEM. CONSERVE-OS!